

*Sob o Signo da Ambigüidade:
Configurações identitárias no espaço
português do Rio de Janeiro*

Artur Nunes Gomes

*Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão julgadora em 26/03/98.*

*Beateleden Paulo
Michael M. Hall
f. ca. 1998*

G585s

34181/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Artur Nunes Gomes

Sob o Signo da Ambigüidade: Configurações
identitárias no espaço português do Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Antropologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob orientação da Prof^ª
Dra^ª Bela Feldman-Bianco.

Universidade Estadual de Campinas
1998

Sob o Signo da Ambigüidade: Configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro

Dissertação submetida ao Corpo Docente do Mestrado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de mestre.

Aprovada por:

Profª Draª Bela Feldman-Bianco
(Presidente da Banca)

Prof. Dr. Antonio Augusto Arantes

Profª Draª Giralda Seyferth

Prof. Dr. Michael Hall
(Suplente)

Campinas, SP
1998

Ficha Catalográfica

GOMES, Artur Nunes

Sobre o Signo da Ambigüidade: Configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro, UNICAMP, 1998.

ix, 119

Dissertação: Mestre em Antropologia Social

1. Portugueses. 2. Rio de Janeiro. 3. Identidades étnicas. 4. Etnicidade.

I. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

II. Título

Agradecimentos

Inúmeras pessoas e instituições foram, cada uma à sua maneira, fundamentais para a realização deste trabalho. E, com a licença do compositor popular, *"vou fazer a louvação, louvando quem bem merece"*. Assim, meus agradecimentos vão para:

Bela Feldman-Bianco, orientadora desta dissertação, pelo estímulo e compreensão.

Maria Dina Nogueira Pinto, pela interlocução constante e pela revisão final.

Graça Capinha, Joana Bahia, Maria Lina Leão Teixeira e Gláucia Villas-Boas, pelas importantes sugestões apresentadas em diferentes ocasiões.

Os professores do Mestrado, Alba Zaluar, Giralda Seyferth, Guillermo Ruben, Maria Suely Kofes e Robin Wright, cujos cursos ampliaram meus conhecimentos.

Carlos Rodrigues Brandão e Michael Hall, pelas sugestões apresentadas durante o exame de qualificação.

Os colegas do Mestrado, especialmente Alcides Gussi, Edson Nóbrega, Juliana Jayme, Joana Vargas e Vera Marisa, pela aprazível convivência ao longo de cinco semestres.

Os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH/Unicamp, Betanho, Esmeralda, Gilvani, Luísa e Lurdinha, sempre prestativos.

Os colegas, alunos e funcionários do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, especialmente Beatriz Heredia, Elina Pessanha, Filippina Chinelli, José Reginaldo Gonçalves, Marco Antonio Gonçalves, Maria Laura Viveiros de Castro e Yvonne Maggie.

Os colegas e amigos do ISEP, pelo incentivo constante.

Clarice Novaes da Mota, pela iniciação no trabalho etnográfico e pelo abrigo.

Thereza Lobo, pelo "auxílio luxuoso" na elaboração do "abstract" deste trabalho.

Luiz Roberto Cruz, pela diagramação do texto final.

O CNPq, pela bolsa concedida durante cinco semestres.

Annelise Fraga, Claudia Guedes, Cristina Câmara, Estélio Gomberg, Gilberto Khuner, Hiro Kumasaka, Kátia Puente-Muniz, Kiko Goifman, Laura Moutinho, Leni Medeiros, Luís Edmundo Moraes, Marco Antonio Teobaldo, Nelson Lima, Rui Campagnoli e Yara Cortez, pelas diferentes contribuições.

Meus pais, Adérito e Angélica, e meus irmãos, Olga, Marise, Sérgio, Adelaide, Carlos Roberto, Ana Cristina e Marilda, pela torcida a favor, sempre. Foi Olga que permitiu que eu continuasse meus estudos durante dois anos. E foi meu pai que me mostrou como é difícil, às vezes, a reconstrução da vida em "terras estrangeiras".

Os "portugueses do Rio de Janeiro", pela disponibilidade demonstrada nas entrevistas concedidas e pelas calorosas recepções. Tive sempre a impressão de estar em "casas portuguesas, com certeza", onde, "ao bater a porta", convidavam-me "a sentar à mesa".

Finalmente, gostaria de registrar minha profunda gratidão a duas pessoas cuja importância para a concretização deste trabalho são inestimáveis: José Stalin Pedrosa e Vera Lúcia Calheiros Mata. O apoio irrestrito e solidário de ambos foi fundamental para a superação das dificuldades enfrentadas durante a realização deste exercício acadêmico.

Resumo

Esta dissertação analisa, em diferentes momentos e situações, a ambigüidade que marca a construção de imagens recíprocas entre brasileiros e portugueses.

Faz-se uso de material etnográfico levantado junto a duas associações portuguesas do Rio de Janeiro com vistas à percepção das estratégias utilizadas por seus membros na reconstrução de identidades diferenciadas, seja nas relações com outros portugueses, seja no embate com a sociedade brasileira. Percebe-se que suas formas de identificação variam contextualmente e reproduzem as ambivalências que permeiam as relações entre os dois países, baseadas na retórica da irmandade - a crença de que Brasil e Portugal são pátrias-irmãs, com culturas que, ao longo de suas histórias, se fundem numa só cultura: a "luso-brasileira".

O estudo de recentes conflitos diplomáticos entre os dois países evidenciou a referida ambigüidade. A cada episódio, uma relação estrutural se repete. Há, num primeiro momento, uma crise diplomática, com trocas de acusações e imagens negativas de ambas as partes. Em seguida, evocam-se os laços afetivos que unem os dois países, assim como a ideologia a eles subjacentes, qual seja, a negação do conflito.

Conclui-se que a *retórica da irmandade* reforça a ambigüidade das relações entre brasileiros e portugueses, reduzindo os conflitos entre ambos a "problemas familiares", mascarando as diferenças de fato existentes e relegando-as para a próxima crise episódica que surgir.

Abstract

This dissertation analyses, in several moments and situations, the ambiguity that characterizes the construction of reciprocity images between Brazilians and Portuguese.

Ethnographic material was collected in two Portuguese associations located in Rio de Janeiro, with the objective of perceiving the strategies used by their members in reconstructing the differentiated identities, either in their relations with other Portuguese or facing the Brazilian society. It is made clear that their forms of identification vary according to the context and that they reproduce the ambiguities that permeate the relationship between the two countries. This relationship is supported by the rhetoric of "brotherhood" - the belief that Brazil and Portugal are "sister-nations", with cultures that, throughout their history, molded themselves into a sole culture, the so-called "luso-brasileira" culture.

The study of recent diplomatic conflicts between the two countries proved the above mentioned ambiguity. Each episode repeats the structural relationship. In the first moment there is a diplomatic crisis, with an interchange of accusations and negative images coming out from both sides. Soon after, emotional bonds that unite both countries are brought about, as well as the ideology that is behind these bonds. In other words, the field is open to the negation of the conflict.

The dissertation ends by concluding that the rhetoric of brotherhood reinforces the ambiguity of the relationship between Brazilians and Portuguese. It reduces the conflicts between both countries to "family problems", covering up the existing "de facto" differences and putting them aside, until the next crisis comes.

Sumário

	Pág.
Introdução	01
Capítulo I - Da formação da nação à retórica da irmandade: os estudos sobre os portugueses no Brasil	09
1. O português no pensamento social brasileiro: ideologia, identidade e ambigüidade	11
2. Os estudos sobre portugueses no Brasil: de colonizador a imigrante	27
Capítulo II - Real Gabinete Português de Leitura e Arouca Barra Clube: a reconstrução da nação e da aldeia	36
1. O Real Gabinete Português de Leitura	38
1.1. <i>A Biblioteca</i>	49
1.2. <i>O Centro de Estudos</i>	50
1.3. <i>O patrimônio artístico: a memória das descobertas</i>	52
1.4. <i>A celebração da Nação: o "Dia de Camões"</i>	55
2. Arouca Barra Clube: a aldeia reinventada	61
2.1. <i>As festas</i>	65
2.2. <i>O Rancho Folclórico</i>	69
2.3. <i>Os festivais de folclore</i>	71
2.4. <i>As digressões</i>	73
3. Real Gabinete e Arouca: a imaginação da nação	75
Capítulo III - Brasil e Portugal: o dilema da ambigüidade	79
Considerações finais	108
Referências bibliográficas	114

Introdução

Esta dissertação, que inicialmente se limitaria ao estudo da reconstrução de identidades culturais¹ e negociação política empreendidas por portugueses residentes na cidade do Rio de Janeiro, teve seu objeto repensado a partir da reflexão sobre os conflitos entre brasileiros e portugueses que ocorreram durante sua elaboração.

Assim, este trabalho possui um duplo objetivo. Em primeiro lugar, tenta perceber as marcas identitárias que particularizam os portugueses no Brasil e seus *símbolos diacríticos* (CUNHA, 1987) já que, em contextos sociais mais amplos, fazem uso desses símbolos para se diferenciarem dentro da sociedade brasileira. Num primeiro momento, nossa preocupação será a de entender os *portugueses do Rio de Janeiro* como uma unidade, isto é, mostrar que características lhe são atribuídas e quais as que eles atribuem a si próprios.

A reconstrução da identidade étnica dos portugueses no Brasil apresenta peculiaridades, uma vez que o Brasil foi colônia de Portugal. Veremos, neste contexto, como em certas situações, clivagens entre os dois emergem. Referimo-nos aos recentes conflitos diplomáticos entre Brasil e Portugal, decorrentes de restrições à entrada de brasileiros em Portugal e a conseqüente retaliação, com o impedimento da entrada de portugueses no Brasil. Aqui, o drama social (TURNER, 1974) analisado atinge seu clímax.

A unidade do trabalho será buscada, então, na articulação de duas noções que permeiam nossa análise: a *retórica da irmandade* e a

¹ Ao trabalharmos com o conceito de identidade, levamos em conta não apenas as formulações de Barth (1969), que enfatiza seu caráter relacional, marcado pelo estabelecimento de *fronteiras étnicas* mas também as recentes contribuições de autores como Nina Gluck-Schiller (1992), que trabalha o fenômeno imigratório em uma perspectiva global.

ambigüidade. Pela primeira, entende-se a crença de que Brasil e Portugal são "pátrias-irmãs", com culturas que, ao longo de sua história, se fundem numa só "cultura luso-brasileira". O termo luso-brasileiro é indicativo desta crença, pois reúne, sob esta denominação, as duas nações, criando uma categoria liminar (TURNER, 1974). Ao longo do trabalho, veremos como as principais lideranças da comunidade portuguesa fazem constante uso desta expressão em seus discursos - uma retórica que tem sido usada pelos governos quer portugueses, quer brasileiros.

A *ambigüidade*, cuja raiz se encontra na situação histórica de colonização, marca a construção de imagens recíprocas entre os dois países, e pode ser percebida na dificuldade de cada um ver o outro como diferente. Esta ambigüidade revela-se também na produção intelectual, pois, embora os portugueses tenham sido objeto de reflexão de historiadores e cientistas sociais que investigaram a formação social brasileira e haja uma significativa produção de obras sobre os primórdios do fluxo imigratório português para o Brasil, os trabalhos que se debruçam sobre a experiência de imigrantes portugueses no Brasil são escassos, se comparados com trabalhos sobre outros grupos nacionais que emigraram para o Brasil.²

Além destas questões pontuais, nosso trabalho atentará também para a situação do país de origem destes imigrantes, caracterizado por Boaventura de Sousa Santos como uma "*cultura de fronteira, (onde) são imensas as possibilidades de identificação e criação cultural*" (SANTOS, 1993:34) e a nacionalidade é afirmada pelo localismo. Este autor,

² Um indicativo da ambigüidade aqui assinalada seria a própria dificuldade de se ver o português como imigrante.

reportando-se à teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, aponta para a condição semi-periférica de Portugal no contexto atual de globalização mundial, ou seja, sua atual situação central em relação às ex-colônias africanas e periférica em relação aos países centrais. Por isso, torna-se essencial a investigação do processo de intersecção de culturas (FELDMAN-BIANCO, 1993; 1995) a que não é alheia a renegociação política e cultural no atual contexto de globalização em que Portugal e Brasil se inserem.

Esta dissertação contará, além desta introdução, com três capítulos centrais e "considerações finais" e terá a seguinte estruturação:

No primeiro capítulo, analisaremos a produção acadêmica referente aos portugueses no Brasil, objetivando, primordialmente, demonstrar que em grande parte dessa produção verifica-se uma contradição fundamental para se entender a particularidade das relações entre brasileiros e portugueses. Trata-se da ambigüidade presente nas representações sobre os portugueses, ora vistos como *colonizadores*, ora como *imigrantes*. Examinaremos alguns trabalhos consagrados no pensamento social brasileiro que se preocuparam em mostrar a contribuição portuguesa à formação do Brasil. Estes trabalhos, como veremos, constituem-se em construções teórico-ideológicas, nas quais o português é inserido no debate sobre o "imigrante ideal" para o processo de branqueamento proposto pelas elites brasileiras, que discutem, no período em que estes trabalhos são escritos, "qual o Brasil que se quer?" Indicaremos como alguns destes trabalhos, notadamente o de Gilberto Freyre (em especial sua noção de lusotropicalismo), tornaram-se referência privilegiada tanto na produção

acadêmica subsequente como nos discursos oficiais dos intermediários culturais e políticos brasileiros e portugueses. Nesses trabalhos, a retórica da irmandade está presente, ou seja, neles se percebe a idéia de que Brasil e Portugal formam um só *mundo luso-brasileiro*, tornando-se "pátrias-irmãs".

Serão objeto de análise, também, trabalhos de cunho histórico e antropológico que se debruçaram sobre a experiência da imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Via de regra, esses trabalhos não se preocuparam com a inserção do português no cadinho cultural brasileiro, mas sim com a estratégia de sua organização social na sociedade receptora. Nesse sentido, tentam analisar os modos pelos quais os imigrantes portugueses constroem sua identidade contrastivamente (no sentido proposto por Roberto Cardoso de Oliveira [1976]) em relação à sociedade brasileira. Julgamos que este capítulo é fundamental para a compreensão do que é ser "*português no Brasil*", pois, como veremos, a imagem cristalizada do português ignorante e aventureiro, passou a constituir-se, ao longo dos anos, em sua imagem "verdadeira".

No capítulo seguinte, daremos ênfase às estratégias de reconstrução de identidades utilizadas por um segmento da população portuguesa do Rio de Janeiro. Através de observação participante, conversas informais, publicações da imprensa comunitária, material jornalístico e documentação oficial, recolhemos os dados necessários à compreensão do referido processo de (re)elaboração de identidades.

Optamos por estudar duas associações que constroem simbolicamente a idéia de "nação portuguesa" a partir das noções complementares de *nacional, regional e transnacional*. *O Real Gabinete*

Português de Leitura e o *Arouca Barra Clube*. Esta escolha deveu-se ao fato de que, embora apresentem diferenças significativas, uma série de similitudes aproximam as duas instituições. A principal delas é, a nosso ver, a construção de um Portugal idealizado, voltado para o passado, seja ele o das "*conquistas ultramarinas*", seja o da "*aldeia, do tempo dos avós*". No Real Gabinete, a ênfase no processo de construção identitária se dá na reafirmação do passado glorioso do Portugal dos Grandes Descobrimentos. Não é por acaso que a data magna do calendário desta instituição é o 10 de junho, *Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas Espalhadas pelo Mundo*.

Atentaremos para a posição de classe dos seus membros, que representam a elite cultural e econômica da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro. No Arouca, evidencia-se a dimensão regional na elaboração da identidade étnica. Através da reprodução de formas de vida social da aldeia de origem, seus membros recriam um novo espaço/tempo português em terras cariocas. Esta reinvenção espacial e temporal possibilitará o surgimento de uma identidade específica que permitirá a articulação entre a nação e a região. Assim, ser *arouquense*, não impede ser *português*. Embora situacionalmente acionadas, essas categorias se complementam. Ao trabalhar com essas associações, não pretendemos abordá-las em sua totalidade, mas vê-las como um espaço no qual ocorrem situações sociais em que seus membros criam identidades contrastivas e contextuais. Isto permitirá perceber a diferenciação interna dos portugueses do Rio de Janeiro.

Desta forma, o segundo capítulo apresentará a construção da portugalidade no Rio de Janeiro, que é recriada e realimentada a cada situação social, seja em festas religiosas, comemorações de feitos históricos ou reuniões de negócios. Assim, tentaremos observar a operacionalidade (ou não) da categoria imigrante para os estudos sobre os portugueses no Brasil. Isto porque historicamente o Brasil é ligado a Portugal pelo fenômeno da colonização.

Após a independência do Brasil, Portugal passou de colonizador a fornecedor de mão-de-obra para a ex-colônia. Esta ambigüidade (colonizador/imigrante; descobridor/mão-de-obra) marcou tanto o modo de se pensar o papel de Portugal na formação social brasileira quanto a organização dos portugueses em associações culturais e/ou recreativas.

Assim, mostraremos como o discurso produzido pelos *portugueses* em duas de suas associações étnicas no Rio de Janeiro, atualizam a retórica da irmandade e reproduzem a ambigüidade que particulariza as relações entre Brasil e Portugal (e a conseqüente produção de imagens recíprocas entre os dois países).

É a percepção desta ambigüidade que permitirá entender os discursos produzidos pelas autoridades portuguesas e brasileiras sobre os conflitos diplomáticos entre os dois países, quando o drama social atinge seu ponto culminante. Por isso, no capítulo 3, o enfoque será o do "dilema" da ambigüidade, constitutivo das imagens reciprocamente construídas entre brasileiros e portugueses (*vagabundos e mulatinhas*, por um lado, e *idiotas e facínoras*, por outro). Desta maneira, veremos como a retórica da

irmandade é retomada pelos mediadores culturais dos dois países que, por diversas vezes, fazem uso das imagens construídas pelos trabalhos analisados no primeiro capítulo.

Capítulo I:

Da formação da nação à retórica da irmandade: os
estudos sobre os portugueses no Brasil

Neste capítulo, analisaremos os estudos sobre os portugueses no Brasil. Estes se particularizam na formação social brasileira devido a uma situação histórica peculiar: descobridores e colonizadores do Brasil tornaram-se, a partir da Independência brasileira, um dos mais significativos contingentes imigratórios no Brasil.

Esta condição ambígua de Portugal em relação ao Brasil (colonizador/imigrante) é resultado, como apontam Boaventura de Sousa Santos (1993) e Bela Feldman-Bianco (1995), da posição semi-periférica de Portugal no sistema mundial, notadamente a partir do final do século XVI, quando perde a hegemonia para outros centros capitalistas, como a Inglaterra. A partir daí, conforme nos mostra Santos (1993:26), Portugal passa a atuar como "*correia de transmissão entre as colônias e os grandes centros de acumulação*".

No caso específico do Brasil, uma outra questão se coloca: a "*inversão do pacto colonial*", como chamam Carlos Guilherme Mota e Fernando Novaes (apud SANTOS [1993]) ao processo de transformação da "*colônia em metrópole do Império e da metrópole em apêndice da colônia*". Este processo se inicia com a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e se aprofunda nos últimos anos do sistema colonial, quando a dependência de Portugal em relação à Inglaterra torna-se mais nítida.³ Dois tipos de trabalhos serão abordados: (1) os que se preocuparam

³ Boaventura de Sousa Santos (1993:28) vê nos processos de independência do Brasil e dos países africanos de língua portuguesa (na década de 1970) marcas da semiperificidade das relações coloniais portuguesas. Em ambos os casos, o rompimento se dá concomitantemente a profundas mudanças no sistema político da metrópole e conta com a participação, ainda que indireta, das potências mundiais.

com o problema da formação do povo brasileiro e, conseqüentemente, da identidade nacional brasileira. Neste sentido, procura-se apreender a ambigüidade presente na elaboração de uma imagem que apresenta os portugueses ora positiva, ora negativamente, de acordo com a ideologia subjacente à idéia de nação preconizada pelos autores; (2) os que se debruçaram sobre a experiência dos imigrantes portugueses, privilegiando o processo de construção de identidades étnicas forjadas no "*jogo das semelhanças e diferenças entre as alternativas existentes no campo*" (OLIVEIRA, 1976).

1. O português no pensamento social brasileiro: ideologia, identidade e ambigüidade

A partir das considerações de Roberto da Matta (1984) sobre a "*Fábula das Três Raças*", em que critica a elaboração mitológica de uma nação brasileira baseada na noção de integração e convivência pacífica entre as diferentes raças formadoras do "*cadinho cultural e racial brasileiro*", procuraremos demonstrar como a construção de imagens relativas ao português no Brasil não pode ser desvinculada da discussão acerca da "formação da nacionalidade brasileira", uma vez que os portugueses são parte deste "cadinho", ou seja, um dos "elementos étnicos" nele contidos.

Matta (op. cit.:85) mostra que os pensadores da "formação da nação brasileira" preocuparam-se com o estudos das "*raças em si mesmas*" em detrimento da "*relação entre as raças*". É interessante ressaltar que alguns

desses autores, utilizavam-se do conceito de "raça" para vincular um indivíduo a um grupo por suas características somatológicas.

Esta concepção de raça foi produzida em meados do século XIX, em contraposição àquela forjada entre os séculos XVI e XVII, que não trazia em seu bojo uma conotação biológica, mas a idéia de uma descendência comum que acabava por criar uma "linhagem". Referimo-nos ao uso do conceito de raça para diferenciar os povos europeus entre si (raças saxônica, germânica, ibérica, etc.).⁴

Acreditamos, assim como Roberto da Matta, ser tal visão totalizante da sociedade brasileira, apresentada como a soma de partes racialmente diferenciadas, um entrave à compreensão da complexidade das relações entre os diferentes grupos que acionam códigos culturais distintos no constante processo de negociação política de identidades sociais.

Ao focalizarmos estes trabalhos⁵, além de enunciar sua visão acerca da "*contribuição portuguesa à formação social brasileira*", levaremos em conta, também, o quadro teórico em que sua obra se insere e sobretudo a problemática da mestiçagem e a teoria do branqueamento, que aparecem de forma significativa na produção destes autores. Seyferth(1990) aponta para a ambigüidade presente na teoria do branqueamento, visto

⁴ Para a discussão dos diferentes usos da idéia de raça, ver Banton (1979).

⁵ Os representantes do pensamento social brasileiro aqui selecionados foram os seguintes: Sílvio Romero (*História da Literatura Brasileira*), Oliveira Vianna (*Evolução do Povo Brasileiro*), Arthur Ramos (*Introdução à Antropologia Brasileira*), Paulo Prado (*Retrato do Brasil*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*). Esta seleção se deveu ao fato de estes autores terem difundido, como veremos ao longo do capítulo, uma idéia de nação pensada pelas elites preocupadas com a construção de um modelo de identidade nacional brasileira.

ser a mestiçagem, para estes teóricos⁶, uma espécie de "mal necessário", pois, se acreditavam, assim como Gobineau, na "*desigualdade natural das raças humanas*", viam no cruzamento das "raças inferiores" com a "raça branca" uma evolução racial, tornando o Brasil cada vez mais "branco" e "civilizado". É neste debate em torno do modelo de nação a ser criada, que se insere a problemática da imigração.

Seyferth (1991; 1995) mostra que, para os teóricos do branqueamento, a entrada de imigrantes brancos possibilitaria a purificação étnica da sociedade brasileira. Assim, apregoava-se a limitação da entrada no país de imigrantes de "*raça preta*" e de orientais e estimulava-se a imigração européia.

Acreditava-se, desta maneira, que o gradual desaparecimento do "*sangue negro e indígena*", conduziria o Brasil de uma situação de "atraso" a uma condição de país "civilizado". Entretanto, cabe salientar que não havia, entre estes teóricos, uma única concepção de imigrante ideal.

Alguns, como Tavares Bastos e Augusto de Carvalho (apud Seyferth, 1995), viam o imigrante alemão como o preferido e justificavam essa preferência não por critérios raciais, mas de classe. Estimulavam a imigração de camponeses e artesãos, que seriam aproveitados em projetos de desenvolvimento agrícola. Acentuavam sua condição religiosa de protestante como forma de combater o poder temporal da Igreja Católica, vista por eles como obstáculo ao desenvolvimento econômico. Desta forma, como sinaliza Seyferth (1995), esses teóricos preconizavam uma

⁶ Entre estes destacamos aqui Sílvio Romero e Oliveira Vianna.

hierarquização dos imigrantes europeus, baseada na sua condição camponesa.

Outros teóricos do branqueamento, como por exemplo Oliveira Vianna, cujo trabalho será posteriormente analisado, criticam a imigração anglo-saxônica e germânica por seu *enquistamento* e dificuldade de se "misturarem". Privilegiam, ao invés, o imigrante mediterrâneo, especialmente o ibérico na escolha do modelo de imigração a ser proposto. Seus argumentos se dirigem no sentido de uma maior suscetibilidade destes à miscigenação, além de professarem a religião católica, o que contribuiria para uma melhor integração com os brasileiros.

Acrescente-se ainda que, em relação aos portugueses, uma outra vantagem se adiciona: a existência de uma língua comum que faz com que grande parte dos símbolos, valores e imagens que formam a cultura brasileira advenham desta suposta "unidade lingüística". Contudo, parece-nos importante lembrar que distinções fonéticas significativas podem, por vezes, constituir uma marca diferenciadora entre brasileiros e portugueses. O "sotaque", por exemplo, é muitas vezes objeto de jocosidade por parte dos brasileiros em relação aos portugueses e vice-versa⁷.

Sílvio Romero (1888), ainda no Segundo Reinado, dedica um capítulo da sua *História da Literatura Brasileira* à questão da formação do *grupo étnico brasileiro*. Para ele, o Brasil apresentava-se como uma nação em formação, não se constituindo em um *grupo étnico definitivo*.

⁷ Esta situação aparece no filme *Terra Estrangeira*, de Walter Salles Jr, onde a personagem Alex, uma imigrante brasileira em Portugal, assim simboliza essa diferença: "eu sei que às vezes o meu sotaque é uma agressão ao ouvido deles".

Seguidor, no Brasil, dos teóricos do racismo científico, em voga desde a segunda metade do século XIX, explica a diversidade cultural a partir de critérios biológicos, trabalhando com a idéia de que a pertença a uma raça não somente determina características inatas a indivíduos e grupos como reserva a estes um lugar específico na hierarquia social (Matta, op. cit.).

Romero, trabalhando com o conceito de raça, vê o Brasil como "*um resultado pouco determinado de três raças diversas... brancos arianos, índios tupi-guaranis, negros quase todos bantu e mestiços destas três raças*" (ROMERO, 1888:84-85).

Em relação ao branqueamento e à mestiçagem, este autor acreditava que em dois ou três séculos a *fusão étnica* possibilitaria o aparecimento de um "povo misto", superior aos seus antecessores, "*porque serão habituados desde o nascimento ao clima e a vida do país*" (ROMERO, 1888:87). Desta forma, embora de modo lento, a mestiçagem atuaria decisivamente para o embranquecimento da nação brasileira.

Em relação aos portugueses, Romero (1888:87) afirma tratar-se de um povo sem largas tradições nacionais, pois, com o advento da Renascença e dos Descobrimentos, teria perdido a unidade nacional adquirida através do cruzamento das diversas etnias que, durante a Idade Média, habitaram a Península Ibérica.⁸ Esta tese adquire uma certa atualidade se a comparamos à reflexão mais recente de Boaventura de Sousa Santos(1993) sobre o déficit de um discurso legitimador de Portugal enquanto nação e o que, de certa maneira, poderá ser ilustrado com a nossa própria pesquisa, ao verificar a presença de várias coletividades portuguesas no Rio de

Janeiro que afirmam a sua identidade pelo local, realizando um processo de reterritorialização com base na reconstrução simbólica do território (aldeia) de origem.

Trabalhando com uma idéia de "caráter nacional" (embora não a explicita no texto), Romero traça um perfil do povo português, contrapondo-se aos que o viam como triste e melancólico⁸ e afirma serem os portugueses *"um povo serenamente equilibrado, docemente alegre e expansivo... apaziguado, brando de índole, avesso a tiranias e crueldades"*, além de não serem *"muito inventivos e empreendedores"* (ROMERO, 1888:281).

Romero credita aos portugueses a herança cultural da língua, religião, direito, arte, poesia e literatura, contribuições responsáveis pela participação da sociedade brasileira na cultura ocidental moderna. Contudo, devido à sua crença na ação do meio e na teoria do *"melting-pot"*, acredita que essas contribuições se modificaram desde a chegada dos portugueses ao Brasil, e que *"apenas alguns milhares de portugueses da atual colônia existente entre nós"* se constituem em representantes da *"bela e valorosa raça ariana"*. Para ele, os demais membros da "raça histórica" portuguesa haviam se amalgamado com as populações indígenas e com os negros trazidos da África.

O que nos parece mais importante na concepção deste autor em relação aos portugueses, é o fato de ele os considerar como o imigrante ideal, diferentemente dos alemães, que a seu ver *"não se misturavam"*. Aqui se insere outra questão presente em sua argumentação: a necessidade da

⁸ Esta afirmação contradiz a classificação do autor, anteriormente enunciada, de que, entre outros, o Brasil era formado por "brancos arianos".

⁹ Esta idéia será trabalhada, como veremos posteriormente, por Paulo Prado (1928).

assimilação, por parte dos imigrantes, dos códigos culturais da sociedade brasileira, especialmente a língua. Romero faz árdua crítica à "postura isolacionista" dos imigrantes alemães, que se "enquistaram" no sul e relutaram em aprender a falar o português.

Com efeito, podemos afirmar que, numa perspectiva assimilacionista, Sívio Romero acreditava na capacidade relativa das três raças que, cruzando-se, embranqueceriam (embora de forma vagarosa), podendo vir a tornar-se uma raça homogênea. Assim, usando critérios étnicos para explicar o "caráter nacional", enfatiza a necessidade de uma "depuração racial", pois para ele, a mestiçagem é um fato inquestionável. A solução seria torná-la um fator positivo para o branqueamento do país.

Oliveira Vianna (1938) também se insere no debate sobre a formação da nação brasileira. Para ele, o Brasil constitui um vasto campo de fusão de raças, no qual várias combinações proporcionaram um "caldeamento étnico" peculiar. Numa postura evolucionista, estabelece uma hierarquização entre as três raças: a branca, superior, e as outras duas (negra e vermelha - como designava os índios), "bárbaras".

Este autor, ao analisar as "raças formadoras" do Brasil, trabalha com categorias da Antropologia Física - desenvolvida na época, entre outros, por Broca e Quatrefage - tais como *"caracteres somáticos e psicológicos dos tipos nacionais"*, atribuindo a cada "raça" um tipo psicológico distinto. Neste sentido, acredita na diversidade étnica dentro de cada "raça originária", uma vez que *"os seus representantes não possuem todos a mesma unidade morfológica, nem a mesma mentalidade"*. (OLIVEIRA VIANNA, 1938:140).

No tocante à "*raça portuguesa*". Oliveira Vianna constrói dois tipos distintos, com diferentes características físicas e psicológicas: os do Norte (especialmente do Minho) - "*louro, alto, dolicoíde, de hábitos nômades e conquistadores*" - e os do Sul (especialmente do Algarve) - "*bruno, de pequena estatura, dolicoíde ou braquióide, de hábitos sedentários e pacíficos*" (OLIVEIRA VIANNA, 1938:141).

A partir desta tipificação baseada em critérios da Antropologia Física da época, Oliveira Vianna estabelece uma diferenciação social entre os portugueses: os *dolicoídes* e louros pertenceriam à nobreza e os *brunos, dolicoídes* ou *braquióides*, às classes médias e populares¹⁰.

É interessante ressaltar a constatação que este autor faz da "*atual (à época) constituição do tipo médio português*"; verificando que "*o tipo bruno e de pequena estatura*" é o predominante. Por oposição, atribui aos "*audazes elementos germânicos*" - os dólico-louros - a emigração para as terras descobertas. Cabe aqui salientar que a utilização do então dominante discurso científico leva o autor a fazer afirmações tais como "*realmente o homem dólico-louro é essencialmente um grande migrador, como o homem braquicéfalo e de pequena estatura é caracteristicamente um sedentário*" (OLIVEIRA VIANNA, 1938:143). Mais uma vez, podemos perceber a articulação entre o "discurso científico", por um lado, e uma ideologia que aponta para a preocupação com a identidade nacional, por outro.

¹⁰ Cabe salientar que a construção de tipologias é dominante no pensamento social brasileiro na década de 1930, como será visto a seguir.

Em relação aos portugueses, Oliveira Vianna afirma que não se sabe a procedência exata deles, mas diz que "*há uma série de indícios que nos levam à convicção de que grande número (de dólico-louros) aqui se fixa, formando as figuras centrais de nossa aristocracia rural*" (OLIVEIRA VIANNA, 1938:146). Desta forma, compactua com a tese do darwinismo social, que preconizava a idéia de que a humanidade tinha sua evolução cultural determinada pelo embate racial e que as raças superiores sobrepujavam as inferiores. Esta teoria justifica, assim, a dominação política e econômica através de uma suposta superioridade racial da "raça ariana".

Além disto, Oliveira Vianna faz menção ao fato de que estes *dólico-louros* procuram manter a ascendência ariana e explica o espírito aventureiro dos bandeirantes e sertanistas pela "presença na veia de glóbulos de sangue germânico"¹¹. Por fim, no tocante ao processo de branqueamento, cabe salientar que Oliveira Vianna tem uma posição mais otimista que Sílvio Romero, pois acredita na capacidade eugênica dos grupos étnicos. Desta forma, no caso brasileiro, poderia vislumbrar-se um "futuro branco", através do processo arianizante da regressão dos tipos mestiços em favor do homem branco.

Arthur Ramos (1962), que em sua "*Introdução à Antropologia Brasileira*" (cuja primeira edição data de 1943) dedica um volume às "*Culturas Européias e Europeizadas*", trabalha sob o viés dos estudos de aculturação, articulando, na concepção de etnia ou de grupo étnico, caracteres raciais, lingüísticos e culturais. Contudo, ao trabalhar com o conceito de raça, não

¹¹ A crença na transmissão de características culturais através do sangue, presente em várias sociedades, é freqüente na argumentação deste autor. Sobre esta questão ver Abreu Filho (1982).

se afasta das concepções somatológicas. Ao analisar o grupo português, tem opinião idêntica a Oliveira Vianna - a de que o tipo português dominante no Brasil é "*o dolílocéfalo mediterrâneo, de pequena estatura*" (RAMOS,1962:49), fazendo uso, para estas afirmações, de estudos de "medições antropométricas".

Uma das hipóteses aventadas por Ramos é a de que, ao contrário do que preconizavam alguns estudiosos como Paulo Prado (1928), os portugueses "*não eram somente um povo aventureiro*". A seu ver, eram também extremamente *povoadores* e tinham como notável característica a capacidade de estabelecer contatos amigáveis com as populações nativas. Este tipo de argumento leva o autor a justificar a escravidão na África como uma "*necessidade econômica, uma injunção dos tempos*", *salientando o caráter harmonioso do contato com as populações negras*¹².

Em relação à origem do contingente migratório português para a colônia brasileira, Ramos não ratifica a crença de Oliveira Vianna na origem aristocrática dos primeiros colonizadores, sugerindo que se vieram alguns nobres, estes foram em número pequeno. Para ele, a maioria dos portugueses que veio para o Brasil, pertencia à categoria dos peões, incluindo-se aí os degredados e criminosos homiziados. Cabe ressaltar que, embora o autor faça menção à questão da presença de degredados entre

¹² Esta tese também é defendida, como veremos no decorrer deste trabalho, por Gilberto Freyre.

os colonizadores, mostra que as penas de degredo eram muitas vezes aplicadas a pequenas transgressões e a perseguições políticas ¹³.

Quanto à questão da contribuição do português na formação social brasileira, Arthur Ramos, sempre levando em conta a *"adaptação da cultura portuguesa às condições ecológicas do Novo Mundo"*, destaca, como Gilberto Freyre (1980), o aparecimento da casa-grande, necessária ao abrigo da extensa família patriarcal, a culinária, os transportes e, sobretudo, o catolicismo popular - herança da cultura celtibera da península - que se desenvolveu no Brasil, incorporando *traços culturais* dos grupos indígenas e dos negros africanos. Assim, tendo como base a teoria da amalgamação e da aculturação, apresenta o português de forma positiva no quadro da formação social brasileira, considerando que seus *padrões culturais* tornam-se *"luso-brasileiros, ou melhor, luso-afro-índio-brasileiros"* (RAMOS, 1962:98).

Paulo Prado, representante do grupo modernista de São Paulo, em seu *"Retrato do Brasil"*,¹⁴ apresenta um ensaio sobre a sociedade brasileira a partir da sua concepção de que o Brasil era um país desprovido de nacionalismo, devido por um lado, à escravidão e, por outro, à mestiçagem - *"mistura de três raças tristes"*. Uma destas *três raças tristes* era, obviamente, a portuguesa. Também corrobora a tese de que entre os primeiros colonizadores encontravam-se aventureiros que se fixaram no litoral e iniciaram um processo de amalgamação com as populações nativas,

¹³ Esta visão do português criminoso que veio colonizar o Brasil é recorrente no senso comum, justificando inclusive a crença de que se o Brasil tivesse sido colonizado por outros povos, como os ingleses ou os holandeses, teria tido um melhor "destino". Esta imagem estereotipada não leva em conta o fato de que eram os "nobres" os enviados para o degredo e não o "povo". A vinda de portugueses oriundos dos mais baixos estratos econômicos e sociais passa a ocorrer principalmente após a descolonização, conforme aponta Alencastro (1988:30).

através de "*uniões de pura animalidade*". Explica estas uniões pela combinação da sedução da terra com a afoiteza dos colonizadores e sugere ser a luxúria uma marca distintiva do colonizador português. Aliada à luxúria, a cobiça era outro componente importante do "caráter português". Prado também defende a proposição de que os primeiros portugueses que aportaram no Brasil eram degredados e criminosos, sendo dotados, a seu ver, de um "*individualismo infrene*", anárquico pela valorização dos instintos sociais, cada qual tendo no peito a mais formidável ambição que nenhuma lei ou nenhum homem limitava, e entregue ao encanto da novidade e da surpresa"(PRADO, 1928:59).

Assim, a "*paixão pelo ouro*" era responsável, junto com os abusos venéreos, pela melancolia dos portugueses. Além disto, para estes, o Brasil era um "*degredo, um purgatório*" e a saudade da mãe-pátria só fazia aumentar a sua tristeza. Fica evidente, ao longo de seu texto, a noção de caráter nacional¹⁵ como base da sua avaliação da sociedade brasileira, trazendo em seu bojo a idéia de que, para se chegar a uma nação, passasse necessariamente por uma "evolução natural" da mente humana. No tocante à questão da "mistura de raças", Paulo Prado vislumbra a possibilidade de uma arianização progressiva da sociedade brasileira, através da renovação da ordem social, com o fortalecimento do Estado-Nação.

¹⁴ Vale ressaltar que, até a década de 1980, este era adotado pelo Ministério da Educação como livro didático, dirigido ao ensino de Organização Social e Política do Brasil.

¹⁵ A noção de caráter nacional é trabalhada pela Antropologia Cultural Americana, especialmente pelos seguidores de Franz Boas, como Ruth Benedict e Margaret Mead.

Sérgio Buarque de Hollanda (1987), um dos expoentes da chamada "Geração de 30"¹⁶, vê a conquista dos trópicos pelos portugueses como uma missão histórica. Ao analisar o "*elemento português*" na formação da sociedade brasileira, adotando uma linha weberiana, Hollanda constrói dois "tipos ideais"¹⁷ de inserção do homem na vida coletiva: o trabalhador (colonizador/empreendedor), *aquele "que enxerga primeiro a dificuldade a vencer que o triunfo a alcançar"* (HOLLANDA, 1987:13) e o aventureiro, *aquele que "ignora as fronteiras e vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes"* (HOLLANDA, 1987:13).

Em sua análise, o português colonizador aparece como o aventureiro, que não faz a exploração das terras descobertas através de um processo metódico e racional, mas sim com "*desleixo e abandono*". Para ele, o papel do "trabalhador" na colonização foi extremamente limitado. A seu ver, "*o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho*" (HOLLANDA, 1987:18).

O "*gosto pela aventura*" foi, para este autor, o fator preponderante para a possibilidade de adaptação dos portugueses ao novo território, proporcionando a superação dos obstáculos que encontraram, como o choque de raças e as condições mesológicas e climáticas adversas. A partir do acima enunciado, percebemos que o referido autor trabalha com a idéia de adaptação¹⁸.

Outra noção fundamental na obra de Hollanda é a de que os portugueses estabeleceram relações pessoalizadas com os nativos e os

¹⁶ A primeira edição de "*Raízes do Brasil*" é de 1936.

¹⁷ Assim como Oliveira Vianna, o autor também faz uso de tipologias que, como vimos, era recorrente neste período.

escravos africanos, fazendo com que, muitas vezes, passassem da situação de "*dependentes*" para a de "*protegidos*"¹⁹. Esta ênfase na personalidade foi para Holanda uma marca que permaneceu na sociedade brasileira, na qual ocorreu "*uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional, e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras*" (HOLLANDA, 1987:31).

Para ele, um dos fatores que facilitaram a adaptação dos portugueses ao Novo Mundo, foi a "*ausência de orgulho de raça*". O autor sugere que já na metrópole os portugueses estavam habituados à miscigenação com "*povos de outras cores*", especialmente do "*sangue africano*"²⁰ (:22).

Desta forma, para Holanda, a mestiçagem não foi um entrave à fixação do português na América; pelo contrário, facilitou sua adaptação. A seu ver, "*foi em parte, graças a esse processo (de adaptação) que eles (os portugueses) puderam, sem esforço sobre-humano, construir uma pátria nova longe da sud*" (HOLLANDA, 1987:36).

A preocupação deste autor com a questão da mestiçagem apresenta um sentido positivo, em contraposição aos que a vêem negativamente, criando, igualmente, uma imagem negativa do colonizador.

Gilberto Freyre foi, sem dúvida, o autor que mais enfatizou a contribuição do português para a formação da nacionalidade brasileira. Em

¹⁸ A idéia de adaptação aparece também em autores com Gilberto Freyre, como poderemos ver adiante.

¹⁹ A questão da personalidade das relações sociais no Brasil nos parece ter servido de inspiração para os trabalhos de Roberto da Matta sobre a sociedade brasileira.

²⁰ É interessante verificar que este autor também explica os fenômenos culturais a partir da "mistura de sangue".

vários de seus escritos aparece como ponto de partida para sua investigação a aptidão dos portugueses para a colonização dos trópicos ²¹.

Sua obra pretende ser uma reação às teorias racistas de Oliveira Vianna, através do combate ao determinismo racial. Influenciado pela abordagem culturalista de Franz Boas, do qual foi aluno em Columbia (USA), Freyre estabelece a explicação das diferenças entre brancos e negros pelo social e não pelo racial, trabalhando com a noção de "ambiente social".

Freyre dá ênfase às diferenças mentais e, a partir daí, exagera em psicologismos, terminando, contraditoriamente, por atribuir qualidades às raças, valendo-se, inclusive de referências à hereditariedade. Assim, em relação à perspectiva teórica que orienta seu trabalho, podemos afirmar que, apesar de combater o determinismo racial, o autor faz uso do conceito de raça, trabalhando inclusive com a definição física das raças humanas.

O referido autor também trabalha, embora de forma não explícita, com a noção de "caráter nacional", baseada na idéia de equilíbrio das relações raciais, em que a miscigenação seria a base para a explicação da história do Brasil²². Assim, a mestiçagem, que nos outros autores mencionados tem uma carga negativa, em Freyre tem caráter positivo.

Dentro deste quadro, destaca-se a *capacidade portuguesa* de escolher o *escravo ideal*, no caso os africanos, que a seu ver eram mais desenvolvidos que os índios. Esta noção de *mestiçagem seletiva* reforça o mito da civilização portuguesa baseada no convívio harmonioso com os

²¹ Neste trabalho faremos referências apenas a "*Casa-grande e Senzala*", que teve sua primeira edição publicada em 1933.

²² Cabe salientar que Freyre toma a sociedade patriarcal de Pernambuco como modelo para explicar a sociedade nacional.

outros povos. Neste, sentido, o autor acaba fazendo uma apologia da sociedade escravocrata ²³.

Ao defender a idéia da predisposição dos portugueses para a colonização dos trópicos, Freyre também trabalha com a noção de que o passado étnico português explicaria esta predisposição, pois o português seria "um povo indefinido entre a Europa e a África, dotado de plasticidade e maleabilidade (FREYRE, 1980:5)". A este fenômeno da formação da "*maior civilização moderna nos trópicos*", Freyre chamou de *lusotropicalismo*.

Para Freyre, a prática da miscigenação - explicada pela prática sexual intensa do colonizador - não tinha como consequência o surgimento de tipos degenerados, conforme preconizavam os teóricos racistas. Pelo contrário, o lusotropicalismo foi, a seu ver, o resultado da amalgamação de três raças e suas respectivas propensões psicológicas e possibilitou a construção de uma sociedade que, tendo suas origens na Europa, modernizou-se nos trópicos.

É importante enfatizar que o pensamento de Gilberto Freyre, em especial o lusotropicalismo, é ainda hoje reinventado pelas autoridades governamentais portuguesas e brasileiras, como veremos nos capítulos posteriores. Sua obra continua servindo como "ponte" entre Brasil e Portugal no discurso das elites portuguesa e brasileira, preocupadas em ratificar a "irmandade" entre os dois povos. Assim, fazem uso de idéias deste autor, como "colonização branda", "adaptabilidade dos portugueses aos trópicos",

²³ Esta também era a opinião do autor em relação ao domínio colonial português na África, sendo referência constante nos discursos proferidos pelas autoridades portuguesas à época do regime salazarista.

etc., para amenizar conflitos que constantemente pululam nas relações entre Brasil e Portugal.

Os trabalhos desses autores apontam para a cristalização, pela articulação entre os conceitos de raça e nação, da idéia de um Brasil dotado de uma particularidade histórica e social própria, fundada na crença da união das três raças formadoras da nacionalidade brasileira²⁴.

Esta crença, que Da Matta intitula "*fábula das três raças*", encobre as diferenças e ambivalências presentes na formação social brasileira decorrentes da articulação entre diferentes códigos culturais nela presentes. Esta questão será retomada no fim deste capítulo. No momento, analisaremos os trabalhos que trataram da experiência imigratória portuguesa no Brasil, examinando como a retórica da irmandade se apresenta (ou não) nesses estudos.

2. Os estudos sobre portugueses no Brasil: de colonizador a imigrante

Alguns estudos sobre a experiência da imigração vivenciada por portugueses no Rio de Janeiro foram de fundamental importância para a compreensão das questões aqui abordadas.

Selecionamos, dentre eles, os que privilegiaram o estudo das rivalidades entre portugueses e brasileiros no início do período republicano assim como aqueles que investigaram a organização dos imigrantes portugueses em associações étnicas e regionais.

²⁴ É interessante notar que esta idéia de nação forjada pela elite republicana, que se tornou hegemônica no pensamento social brasileiro, não é única. Podemos citar como contraponto a obra de Manuel Bonfim, especialmente "*América Latina- males de origem*" (1903), onde este autor evidencia a falácia da teoria científica das raças.

No primeiro caso, destaca-se o trabalho de Maria Manuela Ramos Silva (1991) sobre a trajetória de um periódico da imprensa lusitana no Rio de Janeiro, e o de Gladys Sabina Ribeiro (1990) sobre o antilusitanismo na República Velha. No segundo caso, fizemos uso da investigação de Alcida Rita Ramos (1977) sobre os pescadores poveiros do Caju e da de Maria Helena Beozzo de Lima (1983) sobre a Casa do Minho.

Ribeiro (1990), ao analisar a rivalidade entre brasileiros e portugueses no início do século no Rio de Janeiro²⁵, mostra que o sentimento antilusitano estava vinculava-se à questão do trabalho, que colocava em oposição os dois grupos com suas "éticas" distintas: o *malandro* brasileiro que relutava contra a política de valorização do trabalho por parte do Estado brasileiro e o *burro de carga* português, considerado o "*protótipo do bom trabalhador*". A autora diz que, com o advento do populismo, nos anos 30, houve uma reordenação da sociedade brasileira e que, a partir daí, cada uma das partes ficou diluída no novo projeto de "nação", na qual todos os trabalhadores passariam a ser "irmãos". A seu ver, (RIBEIRO, 1990:64), "*fez-se de conta que não havia mais ressentimentos entre os antigos colonizadores e colonizados ...*"

²⁵ Esta rivalidade, como sabemos, acentuou-se a partir da independência do Brasil. Entretanto, as reações à emancipação brasileira não se deram de maneira uniforme. Alencastro (1998:30), por exemplo, mostra que, dependendo da situação de classe do ex-colonizador, as relações com a ex-colônia se davam diferenciadamente. Os proprietários rurais portugueses aliaram-se, então, ao governo imperial brasileiro, procurando resguardar os direitos de propriedade que lhes foram, enfim, garantidos. Já os comerciantes, que mantinham laços políticos e econômicos com a antiga metrópole, tenderam a formar uma rede de exclusividade no comércio varejista. Segundo Alencastro (op. cit.), isto contribuiu para estimular a lusofobia brasileira, posto que esta predominância portuguesa na rede comercial impedia a inserção das classes médias brasileiras no setor terciário urbano. Estes comerciantes formaram, em grande parte, os quadros das associações portuguesas criadas em meados do século passado, no Rio de Janeiro.

É interessante notar que entre 1930 e 1954 foram criadas 21 associações portuguesas e data de 1932 a criação da "federação". Desta forma, acreditamos que, embora "irmãos", a "rivalidade familiar" era constantemente atualizada, marcando-se de forma institucional a diferença entre os dois grupos nacionais.

O trabalho de Maria Manuela Silva (1991) consiste na análise da imigração portuguesa no Rio de Janeiro, nas duas últimas décadas do século passado, a partir do exame dos discursos veiculados pela imprensa lusa, especialmente pelo jornal *Gazeta Lusitana*, periódico que se manteve em circulação entre 1883 e 1889. A autora norteia sua investigação procurando "*através de sua fala reconstruir a dinâmica das tensões sociais inscritas no mundo cotidiano dos homens*" (SILVA, 1991:5).

Assim como Ribeiro (1990)), Silva também privilegiará como campo de investigação o *mundo do trabalho*, no qual, a seu ver, perceber-se-iam, de maneira reveladora, as dificuldades da convivência entre ex-colonizadores e ex-colonizados. Desta forma, enfatiza a estratégia da denúncia, utilizada pelo referido jornal, que constantemente publicava queixas contra as arbitrariedades cometidas contra imigrantes portugueses, independentemente da posição por estes ocupada na hierarquia social do país receptor.

Esta postura, segundo a autora, valeu à *Gazeta Lusitana*, muitas vezes, reações violentas por parte de seus opositores, entre eles, figuras proeminentes da comunidade portuguesa, como os representantes consulares.

É interessante destacar a preocupação da autora com a questão das relações entre os imigrantes portugueses e os nacionais (brasileiros), tentando perceber "*as tensões e conflitos gerados no calor dos enfrentamentos, recusas, concessões e solidariedade, afinal, as práticas sociais que mediatizavam (estas) relações*" (SILVA,1991:xx). Desta maneira, sua tese aponta, ainda que não a tome como preocupação central, para a problemática da ambigüidade nas relações entre brasileiros e portugueses.

Ramos (1977) faz uma espécie de "estudo de comunidade" com um grupo de imigrantes portugueses residentes na zona portuária do Rio de Janeiro, cuja atividade principal era a pesca. Na introdução, a autora informa que a distância temporal entre a pesquisa realizada entre 1961 e 1964, para sua tese de mestrado, e sua publicação em 1977, teve como consequência uma certa desatualização teórica já que, a partir dos anos 70, novas idéias importantes foram produzidas sobre a *teoria dos contatos interétnicos*, notadamente os estudos de Fredrick Barth *sobre fronteiras étnicas*. Por esse motivo, seu trabalho não fugiu muito dos "clássicos" estudos de comunidade, tendo a autora trabalhado questões como *traços culturais distintivos, endogamia grupal, estratificação social, sistema religioso, nominação, áreas ecológicas, grupos domésticos, grupos de vizinhança*, etc. Assim, sua contribuição é basicamente a etnografia, baseada em observação participante e nas técnicas de pesquisa: história de vida e coleta de genealogias, além do levantamento de fontes secundárias referentes à imigração portuguesa no Rio de Janeiro.

O trabalho de Beozzo de Lima (1973) constitui-se no primeiro - e até hoje o único - a fazer uma abordagem antropológica das associações

portuguesas no Rio de Janeiro. Utilizando os conceitos de *identidade social* (Goodenough) e de *fronteiras étnicas* (Barth), a autora analisa a "*inserção do imigrante português na sociedade brasileira*". A autora trabalha a construção da identidade étnica em dois níveis: (a) o coletivo, onde analisa as características da imigração portuguesa e o papel das associações (faz uma detalhada descrição da "Casa do Minho", associação que ela observou exaustivamente e tomou como modelo para seu estudo); (b) o individual, ao estabelecer um sistema classificatório a partir da visão que estes imigrantes têm da sua própria inserção na sociedade brasileira, reunindo-os em duas categorias que se opõem - (1) o *imigrante português* - que valoriza a aldeia de origem e pretende voltar para Portugal - e (2) o *português do Brasil*, que ressalta a nova vida e as novas relações aqui estabelecidas que o impedem de regressar a Portugal.

Cabe destacar o levantamento dos fluxos migratórios de Portugal para o Rio e a articulação entre as identidades nacional e regionais que ela apresenta. Contudo, acreditamos que a oposição binária *imigrante português e português do Brasil* não se apresenta tão nitidamente no interior das coletividades. Nossas observações apontam para uma complementariedade dessas categorias, pois essas identidades são acionadas repetidamente e de forma alternativa por diversos membros do grupo, dependendo do contexto e da situação em que são empregadas. Isto se verifica, por exemplo, na questão dos pedidos de cidadania brasileira por portugueses (e da cidadania portuguesa para seus descendentes aqui nascidos). A categoria *imigrante* raramente é usada, pois no cotidiano, estes indivíduos se intitulam *portugueses do Brasil* ou *luso-brasileiros*. Alguns

informantes chegaram a nos dizer que a categoria *imigrante* é pejorativa e discriminatória. Isto talvez se explique pelo fato de que, como veremos no próximo capítulo, as coletividades portuguesas no Rio de Janeiro são formadas, em sua maioria, por comerciantes e pessoas de situação econômica privilegiada. Cabe salientar que, em Portugal, o *emigrante* é visto de maneira preconceituosa. Atente-se para o fato de que, após a Revolução dos Cravos, o termo imigrante foi abolido do discurso oficial português, sendo substituído pelas expressões *portugueses que vivem fora de Portugal* ou *portugueses espalhados pelo mundo* (FELDMAN-BIANCO:1992).

Como vimos nos trabalhos aqui abordados²⁶, tanto os "clássicos" que apresentam o português no Brasil como "elemento formador", quanto a mais recente produção antropológica que trabalha com o conceito de imigrante, apesar de sua inestimável contribuição para os estudos sobre a imigrantes portugueses e suas relações com os membros da sociedade de recepção, não enfatizam a contradição existente na condição de colonizador/imigrante, contradição esta mascarada pelo discurso da irmandade (cf. FELDMAN-BIANCO, 1995).

É precisamente esta condição ambígua - de *ex-colonizador* e *imigrante* - que particulariza e diferencia os imigrantes portugueses de outros grupos étnicos, assim como diferencia as relações entre brasileiros e imigrantes portugueses e brasileiros e imigrantes de outros grupos étnicos.²⁷

²⁶ Embora não seja colocada modo explícito, no trabalho de Silva (1991), já aparece, como vimos, a preocupação com a ambigüidade presente nas relações entre os dois grupos.

²⁷ Neste sentido, são de fundamental importância os trabalhos de Bela Feldman-Bianco (1992; 1993) e Maria Dina Nogueira Pinto (1993), nos quais aparece de forma clara a preocupação com a particularidade destas relações.

Contudo, as relações entre brasileiros e portugueses não podem ser desvinculadas da já citada *"fábula das três raças"*. Como nos mostra Da Matta (1984: 62-3), o uso de *"recursos ideológicos na construção da identidade social"* dificulta a compreensão das clivagens existentes entre os dois países.

Concordamos com ele quando, em relação aos portugueses, Da Matta afirma que, apesar do esforço de vários ideólogos em enfatizar a presença *"do sangue negro e indígena na formação social brasileira"*, *"o fato social crítico e significativo é que era Portugal quem nos dominava, abrangia e totalizava"* (MATTÁ, 1984:64). Assim, para se entender o sistema hierárquico brasileiro, é necessário compreender a organização social de Portugal à época da colonização. Para Da Matta, a imagem recorrente de Portugal como um país atrasado não corresponde à realidade. O autor mostra que no período da colonização, Portugal possuía uma sociedade altamente hierarquizada com estratos sociais diferenciados e complementares. Uma sociedade, como diz Da Matta (1984:66), *onde "ninguém é mesmo igual perante a lei"*.

Este autor desconstrói o argumento de que o português que chegou ao Brasil era um indivíduo degredado e degradado e que o português - conforme preconizava, entre outros, Gilberto Freyre - era predisposto a uma relação fraternal e igualitária com outros povos. Da Matta mostra que a sociedade portuguesa estava familiarizada com formas contundentes de segregação social, como no caso dos mouros e dos judeus, vítimas de intensa perseguição em Portugal.

O referido autor salienta que a *fábula das três raças* forneceu a base para um projeto político - o do branqueamento - e promoveu, através da crença na relação harmoniosa entre estas raças, o escamoteamento de uma sociedade altamente hierarquizada. Neste sentido, refuta a idéia de Gilberto Freyre e de outros estudiosos de que a escravidão portuguesa foi mais branda que outras, como a inglesa, por exemplo. Para Da Matta, não havia a necessidade de uma segregação, pois em uma sociedade hierarquizada como a brasileira, "*cada um conhece seu verdadeiro lugar*" ou, parafraseando Gilberto Freyre, cada um sabe onde ficam a casa-grande e a senzala e que lugar lhe é destinado nas relações sociais.

Para Da Matta, a retificação de um esquema que confunde o biológico, o social e o cultural, evidenciado na *fábula das três raças*, tem dificultado a "*nossa percepção de nós mesmos*". Assim, acreditamos ser fundamental na construção da "identidade nacional brasileira" que não se pense os "povos formadores do Brasil" a partir de concepções etnocêntricas. No caso dos portugueses, parece-nos pertinente não os perceber nem da forma depreciativa como alguns autores aqui focalizados o fazem, mostrando-os como *aventureiros e degredados*, nem da forma apologética como outros os tratam, ou seja, como exemplo do "*civilizador que deu certo*". Contextualizar historicamente a empresa colonizadora portuguesa é uma das pistas para, como nos aponta Da Matta (1984:85), "*retomar o caminho do estudo antropológico como devotado ao entendimento social e o social é histórico*".

Para a compreensão da ambigüidade que perpassa a construção das imagens recíprocas entre brasileiros e portugueses, a contribuição de Nélon

Vieira (1991) é imprescindível. Sua análise aponta para a recorrência de estereótipos que produzem uma "imagem falsa" dos dois grupos, freqüentemente presente no "senso comum", na produção literária e no pensamento social.

Deve-se levar em conta, também, a situação de Portugal no sistema mundial, pois como aponta Santos (1993), a posição semiperiférica de Portugal faz com que a ambigüidade perpassa a idéia que este faz de si mesmo, ou seja, um país que se pensa como centro em relação às suas ex-colônias, mas é de fato semiperiférico em relação às grandes potências.

No capítulo seguinte, para perceber como se dá processo de construção de identidades por portugueses no Rio de Janeiro examinaremos comparativamente, duas associações portuguesas: o *Real Gabinete Português de Leitura* e o *Arouca Barra Clube*.

Capítulo II:

Real Gabinete Português de Leitura e Arouca Barra Clube:

a reconstrução da nação e da aldeia

No capítulo anterior, procuramos demonstrar a ambivalência presente na construção de imagens sobre os portugueses no Brasil, apresentados alternadamente como colonizadores e/ou imigrantes.

Aqui mostraremos a partir do estudo de duas associações portuguesas²⁸, uma cultural e outra regional²⁹, que seus integrantes fazem parte da elite cultural e/ou econômica portuguesa no Brasil. Como vimos anteriormente, esses portugueses não se consideram imigrantes, adotando as categorias nativas "portugueses do Brasil" e "luso-brasileiros" para se autoclassificarem. É interessante ressaltar que faz parte da política do Estado português, nos últimos anos, o reconhecimento dos direitos de cidadão aos portugueses residentes no exterior (FELDMAN-BIANCO, 1993). "*Portugueses do Brasil*" torna-se, assim, uma categoria social dotada de considerável peso político.

Esta significativa parcela de portugueses residentes no Brasil, que freqüentam as *casas portuguesas*, é formada especialmente por comerciantes, em contraste com a *imigração que não deu certo*, apresentam-se como os vitoriosos beneméritos e comendadores, que lograram êxito na sociedade de recepção. Ao estereótipo do português burro, sujo, usando tamancos e servindo seus fregueses no bar com uma

²⁸ Associação portuguesa é a categoria empregada pelos portugueses do Rio de Janeiro para "designar seus organismos sociais criados, dirigidos e mantidos por portugueses e que têm uma sede, uma diretoria administrativa, um quadro de associados, uma finalidade definida e que desenvolvem uma série de atividades que visam realizar a finalidade proposta" (LIMA, 1973: 29-30).

²⁹ O sistema classificatório das associações portuguesas é bastante amplo. Em geral, referem-se às *casas regionais* - aquelas que procuram reproduzir as tradições das províncias e aldeias portuguesas - e aos *clubes portugueses* - empenhados na diversão e no lazer de seus associados - como *associações recreativas*. Já as escolas e bibliotecas construídas e mantidas pela "comunidade" são classificadas como *associações culturais*. Há, ainda, as *associações filantrópicas e de ajuda mútua*, cujo objetivo é prestar assistência a imigrantes em situação financeira e de saúde desprivilegiada.

caneta presa à orelha, contrapõem a imagem do empresário bem sucedido, criador de empregos, empreendedor de progresso³⁰.

Mostraremos que estas associações se constituem em "locus" privilegiado da reconstrução da portugalidade, visto que portugueses nelas se reúnem, ora para a celebração de datas e feitos ligados à construção da nacionalidade portuguesa, como o *Dia de Camões e das Comunidades Portuguesas*, ora para a realização de alguns rituais, onde são reproduzidas e reinventadas ³¹ formas de vida social que evocam a região de origem, como as vindimas e as festas em louvor à santa padroeira da região.

Perceberemos, também, como essas associações reproduzem a retórica da irmandade, reforçando o discurso da união entre Brasil e Portugal, baseada na crença da amizade profunda que une os dois povos.

1. O Real Gabinete Português de Leitura

Esta associação portuguesa, inicialmente denominada "Gabinete Português de Leitura", foi criada em 14 de maio de 1837, tendo sua primeira sede situada na rua Direita (atual Primeiro de Março), no centro do Rio, contando com 197 associados. Seu primeiro Presidente Honorário foi o historiador português Alexandre Herculano. A casa onde funcionava a associação pertencia a um advogado português radicado no Brasil.

³⁰ Segundo Kátia Punte-Muniz (1996), este processo de valorização da auto-imagem também se verifica entre os espanhóis do Rio de Janeiro, especialmente os galegos, freqüentemente confundido com os portugueses no imaginário popular carioca.

³¹ Para Hobsbawn (1984:9), estas tradições reinventadas são "*um conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e formas de comportamento através da repetição que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado*".

Uma das características marcantes do Real Gabinete é a presença em seus quadros, desde a sua fundação, de pessoas com grande prestígio na "comunidade" e que mantêm ligações com Portugal. Conforme aponta Reinaldo Carlos Montoro, um dos dirigentes da associação cujo discurso consta do livro *Fundamentos e Actualidades do Real Gabinete Português de Leitura* (Real Gabinete Português de Leitura, 1977), um compêndio que pretende contar a história da instituição, "em 1843 ... era considerada grande distinção o ser sócio do Gabinete, pois eram, na prática, requeridas qualidades honrosas para se poder pertencer à associação. Os homens de mais elevada posição na colônia portuguesa, os que possuíam mais fortuna, merecimento ou gradação científica, rivalizavam pertencer a sua directorid". (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:32).

Estes "homens de elevada posição" foram os responsáveis pelos donativos necessários à construção e funcionamento da instituição. Além da "fortuna", outro requisito básico para fazer parte da diretoria do Real Gabinete eram as ligações com Portugal, especialmente com o Rei. Senão vejamos:

O Visconde de Avellar, que faz parte da diretoria (1900/1904), recebe, por parte do Rei de Portugal a *Grã Cruz de Cristo*, a mais alta condecoração real.

O Visconde Veiga Cabral, um próspero comerciante atacadista, é elevado a *Fidalgo Cavaleiro da Casa Real e Cavaleiro da Ordem Militar da Rosa de Portugal*. Foi escolhido para entregar a medalha comemorativa do 4º centenário do descobrimento do Brasil ao rei de Portugal, D. Carlos I.

É interessante notar que a condição de comerciante é ressaltada positivamente. Os comerciantes são os *digníssimos beneméritos, comendadores, viscondes*. Em Real Gabinete Português de Leitura (1977:32) encontramos: "...*Podiam (os comerciantes) ter sido advogados, homens de letras, eloquências, artes, mas preferiram a vida comercial por causa da febre de independência e liberdade*". Devido às já citadas relações com a monarquia portuguesa, esta instituição recebe o epíteto *Real* em 12 de setembro de 1906, por decreto do Rei de Portugal D. Carlos I.

Cabe salientar que em 1889 deu-se a Proclamação da República no Brasil. Contudo, o *novo Portugal no Brasil*, o território simbolicamente reconstruído, vai acionar a situação política da nação de origem. Desta forma, o nacional aparece como real. Ou seja, a reconstrução da identidade étnica no Brasil republicano (moderno) dá-se sob o égide de um Portugal monárquico (do passado). Mesmo após a implantação do regime republicano em Portugal, a instituição mantém a designação de *Real*.

O objetivo inicial da instituição era o de constituir "*um estabelecimento cujo fim é a cultura do espírito e cujos meios consistem nesse maravilhoso princípio ao qual os homens devem tantos e tão prodigiosos melhoramentos na sua condição e felicidade*" (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:25), bem como constituir "*o primoroso cenário das nossas tradições, a aliança fecunda dos destinos literários dos dois povos e o atestado eloquente de que longe da sua Pátria, em outro hemisfério, souberam os portugueses honrar-lhe o nome e a história, deixando em pé esse padrão, verdadeiro orgulho e desvanecimento da sua nacionalidade*" (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:24). Visava-se, pois, tornar os

portugueses residentes no Rio de Janeiro, conforme as palavras do primeiro presidente da instituição, Dr. José Marcelino da Rocha Cabral, "*beneméritos da Nação a que pertencem e cooperam eficazmente para a restauração da antiga, da imensa, da incomparável glória de sua pátria*". (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:22).

Como podemos notar, a criação do Real Gabinete acontece apenas 15 anos após o fim do regime colonial. Neste momento, o Brasil, enquanto nação independente, está buscando fundar a sua identidade nacional. Os portugueses deixam de ser habitantes da colônia e passam a ser "estrangeiros", à procura de uma identidade para a nova situação ³².

É nesse momento que começam a ser criadas as associações portuguesas no Brasil e, nesse processo, a imaginação da nação será a dos grandes descobrimentos, do passado de glórias. Não é por acaso que o dia escolhido para o lançamento da pedra fundamental do atual edifício-sede, será o "*10 de Junho*", *Dia de Camões*³³, data magna da nacionalidade portuguesa. Além disso, o próprio estilo escolhido para o prédio, o manuelino³⁴, se refere aos tempos áureos das conquistas (vide, em ilustração na página seguinte, imagem da fachada do edifício-sede). Mais uma vez, a

³² Em 1840 muda-se para a Rua de São Pedro, em 1843, para a rua da Quitanda e em 1850, para a rua dos Beneditinos, todas localizadas no centro da cidade.

³³ O prédio situava-se à rua da Lampadosa, atual Luís de Camões, próxima ao Largo de São Francisco, onde se encontra até hoje. A escolha do nome do poeta para batizar a rua onde se localiza o Real Gabinete aponta para o estabelecimento de relações políticas entre a associação e o poder local. Esta área, atualmente conhecida como "corredor cultural", constituía, à época, o "*bairro da artes e dos estudos*" (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:45). Lá se encontravam, entre outros, o Conservatório de Música, o Teatro São Pedro e a Escola Politécnica, depois sede da Faculdade Nacional de Filosofia e do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.

³⁴ Esta denominação homenageia a figura do rei de Portugal D. Manuel, o Venturoso. Uma detalhada descrição dos principais caracteres deste estilo é feita por Varnhagen. (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:74-77).



Fachada do edificio-sede

"*imaginação de centro*" (SANTOS, 1993) se faz presente na construção de imagem de Portugal pelos portugueses.

A cerimônia de assentamento da pedra fundamental já aponta para um dos papéis desempenhados pelo Real Gabinete: o de mediador das relações entre os portugueses - os comerciantes e beneméritos - e a sociedade receptora³⁵. Estiveram presentes nessa cerimônia o Imperador do Brasil, o Ministro do Império e o Presidente da Câmara Municipal. Também se fizeram representar diversas associações portuguesas, como o Clube Ginástico Português e o Liceu de Artes e Ofícios³⁶.

O evento foi amplamente noticiado na imprensa carioca. O jornal *A Gazeta de Notícias* de 10/06/1880, publicou nota referente à comemoração do tricentenário de Camões, além de um convite para a cerimônia de assentamento da pedra fundamental. Fez menção, também, à publicação, por parte do Real Gabinete, de uma edição comemorativa de *Os Lusíadas*, distribuída aos sócios e visitantes.

O *Jornal do Comércio* fez referências ao fato. De 08 a 10/06/1888, este periódico anunciou o assentamento da pedra fundamental, ocasião em que seriam homenageados o Imperador e a Imperatriz, e a entrega ao diretor da Biblioteca Nacional de uma das 300 medalhas do tricentenário de Camões, além de uma edição especial de *Os Lusíadas*. Pretendia-se,

³⁵ Vale destacar que, em diversas ocasiões, o Real Gabinete logrou êxito nas articulações com o Estado Brasileiro, como por exemplo, durante a construção do atual edifício-sede, quando conseguiu a isenção de direitos de importação dos objetos destinados à construção da "nova biblioteca do Real Gabinete" através do Decreto Imperial nº. 3.034 de 18 de fevereiro de 1882. Esta isenção permitiu a aquisição dos artefatos de pedra e de ferro utilizados na referida construção, "pois, dificilmente, ou por excessivo preço se poderiam adquirir" (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:80).

³⁶ Esta prática de reciprocidade é comum entre as associações portuguesas. Pudemos por diversas vezes verificar as visitas de diretores e membros de diferentes associações tanto nas celebrações do Real Gabinete como nas festas do Arouca.

também, condecorar diretores de diversas associações culturais do Rio de Janeiro.

O atual prédio teve duas "inaugurações": a primeira ocorreu a 10 de setembro de 1887, nas comemorações do 50º aniversário da instituição. Contudo, não foi possível contar com a presença do Imperador D. Pedro II que se encontrava enfermo. E, como podemos ver em Real Gabinete Português de Leitura(1977:102) "*ambicionava, porém, a directoria, que a tão gloriosa solenidade se dignasse de assistir o ínclito e sábio monarca, que por vezes penhorara profundamente o nosso presidente, manifestando sincera simpatia e favor pelo nosso modesto Instituto, cujos fins se serviu louvar*".

A imprensa carioca dá grande destaque à efeméride, como vemos nas inúmeras notícias que aparecem nos jornais da época.

A *Gazeta da Tarde*, em sua edição de 09/09/1887, anuncia para o dia seguinte a sessão comemorativa da inauguração do "*soberbo edifício manuelino, o nosso primeiro monumento nacional*", conforme artigo escrito por Rodolpho Pão Brazil, um dos fundadores do Real Gabinete, publicado em 12/09/1887. No dia da inauguração, também há um anúncio do evento.

A *Gazeta de Notícias*, em 10/09/1887, também faz referência ao evento, ainda que com menor destaque que a *Gazeta da Tarde*. A notícia alude "*à grandeza dos portugueses residentes no Brasil, quase todos pertencentes às classes mais ativas e laboriosas da indústria e do comércio*".

O *Jornal do Comércio*, em 10/09/1887, destaca a inauguração, "*com grande solenidade, do novo edifício manuelino do Gabinete Português de Leitura, (...) em que se acha a respectiva biblioteca*".

No *Diário Ilustrado* de 10/09/1887, em sua primeira página, há o anúncio da inauguração do Gabinete e um comentário de Ernesto de Araújo Vianna, sócio efetivo da Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos de Lisboa, sobre a arquitetura do prédio, sua ornamentação externa e interna. Deparamo-nos, mais uma vez, com as ligações entre esta instituição e a sociedade portuguesa.

Outra solenidade de inauguração se dá em 22 de dezembro de 1888, desta vez assistida pelo Imperador. Assim, a estratégia de reconhecimento junto à sociedade brasileira por parte do Real Gabinete se torna bem sucedida, como verificamos através da maciça cobertura que os periódicos locais dão ao evento.

O *Jornal do Comércio*, em 21/12/1888, publica uma nota assinada por Ramalho Ortigão, na época o presidente do Gabinete, convidando para a inauguração, no dia seguinte, dos trabalhos sociais da instituição. Em sua edição de 23/12/1888, o dia seguinte à inauguração noticia: *"Fica solenemente inaugurada a vida do Gabinete Português de Leitura em seu novo edifício, verdadeiro primor arquitetônico cujas belezas mais de uma vez admiramos ... Aquele esplêndido monumento erguido por portugueses dirá às gerações futuras que unidos como estão ali o solo e a obra d'Arte, viverão sob o nosso céu brasileiros e portugueses, considerando patrimônio comum a memória dos grandes homens cujas estátuas e bustos o adornam, exterior e interiormente"*.

A *Gazeta da Tarde*, na primeira página da edição de 22/12/1888, noticia a cerimônia a ser realizada neste dia e, em 24/12/1888, faz a descrição do evento, sublinhando que estiveram a ele presentes Suas

Majestades Imperiais, Sua Alteza o Príncipe D. Augusto e o ministro do Império, Joaquim Nabuco, que foi o orador oficial da solenidade. Estas presenças evidenciam, de forma, nítida, as relações entre esta elite portuguesa do Rio de Janeiro e as autoridades imperiais brasileiras.

Ao longo de sua história, o Real Gabinete preocupou-se em manter relações com o poder central português. Prova disto foi a postura da associação em diversos momentos da vida política portuguesa, especialmente durante a ditadura salazarista³⁷. Enquanto em Portugal foi-se criando uma intensa contestação e enfrentamento ao regime, que culminou com a Revolução dos Cravos, o Real Gabinete jamais questionou o poder salazarista. Inclusive, por diversas vezes, condecorou notáveis figuras do regime, como o primeiro-ministro Marcelo Caetano e o ex-presidente Américo Tomás. Vale salientar, também, que o Real Gabinete foi uma das instituições que abrigaram profissionais liberais, industriais e comerciantes que fugiram de Portugal e da África para o Brasil, após o processo de descolonização iniciado com a queda do regime salazarista. Alguns destes profissionais foram responsáveis por palestras e cursos proferidos no Real Gabinete³⁸.

Outro fato importante para a nossa análise foi a reforma para preservação do edifício-sede e a construção de um anexo, que contou com a colaboração da *Fundação Roberto Marinho* e da *Rede Globo de Televisão*. A campanha para a obtenção de recursos, veiculada pela TV

³⁷ Em nossa pesquisa, não focalizamos o período compreendido entre o final do Império no Brasil e o advento da República e a ascensão do salazarismo em Portugal. Cabe ressaltar, porém, que somente a partir de 1935 o governo português passará a contribuir oficialmente com o acervo do Real Gabinete, conforme veremos adiante.

³⁸ Estes cursos serão objeto de análise ainda neste capítulo.

Globo, teve como protagonista a cantora Fafá de Belém, que conta com grande prestígio junto à "comunidade". Isto evidencia, mais uma vez, as relações estabelecidas entre as elites portuguesas e brasileiras, cujo discurso é o da "união", da "amizade".

Esta mesma preocupação verificamos na fala do atual presidente da instituição, Dr. Antônio Gomes da Costa, tanto em pronunciamentos públicos, como por ocasião do "10 de junho"(que veremos ainda neste capítulo), quanto na entrevista a nós concedida.

Este português, chegado no Brasil há 43 anos, empresário, diretor de um grande banco privado, preside, além do Real Gabinete, a *Federação da Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras do Rio de Janeiro*³⁹. É diretor da Fundação Cultural Brasil-Portugal e já foi presidente do Liceu Literário Português, do Clube Ginástico Português, do Conselho Deliberativo do Clube de Regatas Vasco da Gama e da Beneficência Portuguesa.

É articulista de jornais da "comunidade", como o *Mundo Português* e da imprensa brasileira (*O Globo*). Segundo ele, "*sempre defendeu na imprensa a imagem da comunidade, que era associada ao conservadorismo*". Para ele, "*seu partido é Portugal*".

Seu discurso segue o sentido da recriação de um novo Portugal no Brasil, através das associações portuguesas aqui "plantadas". A seu ver, "*é o universo associativo que garante essa presença viva e permanente de Portugal no Brasil*". Como vemos, este discurso coaduna com a atual política do Estado português, que incentiva o associativismo.

³⁹ Lima (1973:30) descreve a "Federação" como "o órgão que se propõe ser o centralizador das atividades e o legítimo representante do grupo étnico português no Brasil, embora juridicamente os seus poderes de centralização e representação se restrinjam às associações a ele filiadas".

Notamos sua preocupação com o fim da emigração portuguesa para o Brasil e o incentivo ao recrutamento de novos membros - brasileiros - para o interior das associações portuguesas. *"Hoje, quem dança o folclore português são brasileiros, os professores dos liceus são brasileiros... Estamos fazendo essa passagem de testemunho, pois daqui a alguns anos, não haverá mais portugueses de berço no Brasil"*.

Não é por acaso que, sob sua direção, o Real Gabinete, a partir de 1995, passa a contar com brasileiros em seu quadro associativo. Desta forma, para ele, *"o luso-brasileirismo sobrevive também do lado dos brasileiros"*.

Em relação aos conflitos recentes envolvendo brasileiros e portugueses (que serão tratados no capítulo 3), Gomes da Costa credita-os à entrada de Portugal na Comunidade Européia, que fez com que os portugueses perdessem o "humanismo", *"passando a ser mais europeu que português", decorrendo daí uma mudança de atitude em relação ao Brasil, "tradicionalmente amistosa e positiva"*.

Contudo, expressa uma posição otimista no que diz respeito ao futuro das relações luso-brasileiras. Se não há mais emigração de Portugal para o Brasil, e sim do Brasil para Portugal, o importante, para ele, *"é reavivar os sentimentos de irmandade tanto lá como aqui. A entrada de Portugal na Comunidade Européia é um casamento, só é bom enquanto dura, há vantagens e desvantagens... Já as relações luso-brasileiras são muito antigas e, até agora, não se conheceram os aspectos negativos delas"*.

Como pudemos ver, desde sua fundação, os dirigentes do Real Gabinete, atuando como intermediários culturais entre Portugal e Brasil,

preconizam a harmonia nas relações entre brasileiros e portugueses, pautada na *irmandade*.

Neste sentido, dois setores do Real Gabinete, se apresentam, a nosso ver, como fundamentais não apenas para a manutenção da idéia original de "*promover a instrução, preservar a cultura portuguesa no Brasil e contribuir para o desenvolvimento da cultura luso-brasileira*", mas também para a percepção da imaginação da nação presente nessa associação: a Biblioteca e o Centro de Estudos. Isto porque os símbolos escolhidos por esses setores para representar a nação portuguesa são aqueles ligados à cultura erudita e aos grandes feitos, em contraposição às imagens construídas sobre os portugueses e salientadas no primeiro capítulo.

1.1. A Biblioteca

A Biblioteca do Real Gabinete tem seu acervo renovado constantemente, devido ao cumprimento, por parte do Governo Português, do Decreto n.º. 25.134, de 15 de março de 1935, assinado durante o Governo do Marechal Carmona, que determina que de toda obra impressa e publicada em Portugal, um exemplar deve ser destinado ao Real Gabinete. A remessa destas publicações é feita pelo Depósito Legal da Biblioteca Nacional de Lisboa, estimando-se em aproximadamente dois mil volumes o acervo anualmente recebido. Algumas instituições portuguesas colaboraram com contribuições especiais para o funcionamento do Real Gabinete, como o Instituto de Alta Cultura de Lisboa e a Fundação Calouste Gulbenkian (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:204-205).

Além das obras ofertadas pelos autores portugueses, a Biblioteca do Real Gabinete recebe ainda inúmeras doações de instituições culturais brasileiras, tais como: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Arquivo Nacional, Museu Nacional, Biblioteca do Ministério da Agricultura, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, antiga Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, etc.

Recebe, ainda, contribuições de outras instituições culturais portuguesas no Brasil, como o Gabinete Português de Leitura da Bahia, o Gabinete Português de Leitura do Recife, o Gabinete Português de Leitura de Porto Alegre, o Gabinete Português de Leitura de São Paulo, Centro Português de Santos, Casa de Portugal de São Paulo, Liceu Literário Português, Clube Português de Niterói, etc. Mais uma vez, verifica-se a preocupação do Real Gabinete em estabelecer laços, não apenas com as sociedades portuguesa e brasileira, mas também com outras instituições formadas por imigrantes portugueses de todo o Brasil.

1.2. O Centro de Estudos

A partir de 1969, o Real Gabinete passou a manter um Centro de Estudos, que visa "*dotar o Gabinete, teórica e praticamente, de estruturas para o bom desempenho de sua missão*" (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:142) e constituir-se na "*Fundação Cultural dos portugueses no Brasil*".

Desde a sua fundação, o Centro promove, além de outras atividades⁴⁰, diversos cursos e ciclos de conferências, ministrados por intelectuais ligados à "comunidade". Grande parte do corpo docente deste centro é oriundo da Universidade Gama Filho ⁴¹ e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialmente dos Departamentos de Letras e História.

Os cursos oferecidos pelo Centro não parecem ter um objetivo apenas cultural, mas essencialmente político, no sentido de recuperar uma imagem e uma contribuição positiva de Portugal no Brasil. Assim, apresentam-se como uma espécie de contraponto à visão negativa da colonização portuguesa presente no senso comum e muitas vezes veiculada pela historiografia brasileira⁴².

⁴⁰ Entre estas, destacam-se:

- Apresentação de leituras de peças e poesias de autores portugueses, especialmente os "clássicos" - Camões, Fernando Pessoa, Gil Vicente, Camilo Castelo Branco, etc.
- Exposição de peças de arte, como pinturas, desenhos, tapeçaria.
- Exibição de filmes etnográficos.
- Apresentação de cantores portugueses, recitais de músicas e corais.- Realização de convênios culturais.
- Publicação semestral, desde julho de 1976, da Revista *Convergência Lusíada*, contando com a participação de intelectuais portugueses e brasileiros e seguindo as "diretrizes da ação cultural do Real Gabinete Português de Leitura".

⁴¹ Como veremos adiante, esta Universidade se faz presente nos principais eventos promovidos pelas associações portuguesas do Rio de Janeiro.

⁴² Entre os cursos oferecidos pelo Centro, destacam-se:

- :- Cursos de Extensão - destinados a professores e estudantes em geral, visando o aprofundamento do estudo da Língua, Literatura e História portuguesas.
- Cursos de Especialização - abertos a estudantes e professores de nível universitário ou de pós-graduação, com a finalidade de desenvolver conhecimentos específicos referentes à cultura portuguesa.
- Cursos de Férias - destinados a professores de nível secundário e universitário, especialmente os alocados no interior do país, objetivando o aperfeiçoamento e a atualização dos estudos, entre outros, de História, Antropologia Cultural, Filosofia e Literatura.
- Cursos de Cultura Brasileira - dedicados ao público em geral, procurando destacar a "contribuição portuguesa" para a formação da sociedade brasileira.
- Cursos de História Portuguesa - abertos ao público em geral, tendo por objetivo "a divulgação, pela palavra e pela imagem, da terra e do homem português em todos os quadrantes, sua história e sua realidade" (Real Gabinete Português de Leitura, 1977:143).

1.3. O patrimônio artístico: a memória das descobertas

O patrimônio artístico e cultural desta associação aponta para a memória das descobertas como ponto fundamental no processo de reconstrução da portugalidade.⁴³

Entre as inúmeras obras voltadas para a "*celebração da cultura portuguesa*", duas esculturas são extremamente significativas no sentido de resgate e enaltecimento do "*passado glorioso*" português.⁴⁴

- O *Relicário da Saudade*, em homenagem a Sacadura Cabral que realizou, em companhia de Gago Coutinho, a primeira travessia aérea Lisboa-Rio de Janeiro. Esta peça contém um pergaminho em que aparecem as assinaturas de notáveis figuras da época, como o Papa Pio XII, o rei de Portugal no exílio, Dom Manuel II, o rei da Espanha, Dom Afonso XII, o rei da Bélgica, Alberto I, além das palavras do próprio Sacadura Cabral, lamentando o acidente aéreo que vitimou seu companheiro de travessia.

⁴³ Fazem parte do patrimônio artístico do Real Gabinete:

- Pinturas, em geral homenageando expoentes da cultura portuguesa e diretores e colaboradores da instituição, como: *Camões no seu leito de morte*, de F. Monteiro; *"O sonho do Infante"*, de José Malhoa, representando o Infante de Sagres; *"Retrato de Camilo Castello Branco"*, de Mário Santos, dedicado ao escritor português; *"Descobrimiento do Brasil"*, de José Malhoa; *"Retrato de Herculano"*, de Rodrigues, reverenciando o historiador português e *"Antônio de Oliveira Salazar"*, de Eduardo Malta.

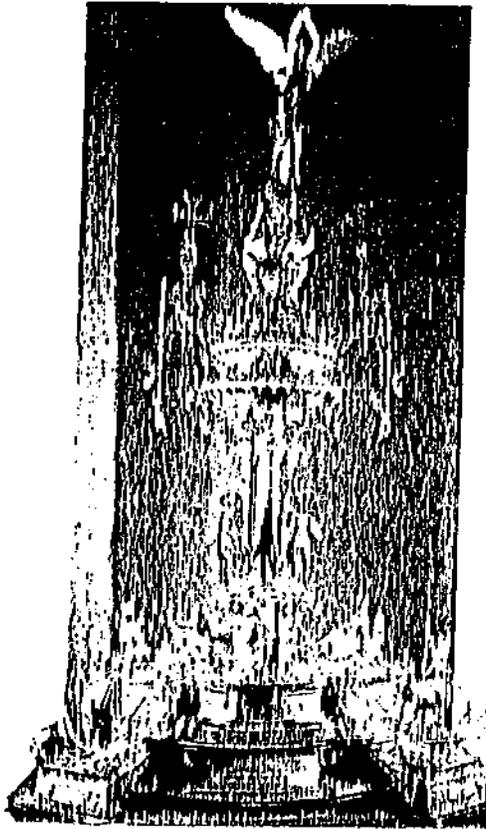
- Obras de ourivesaria e escultura que evocam o "passado glorioso" de Portugal, tais como os bustos de Carlos I, rei de Portugal, de autoria de Costa Mota; Gago Coutinho, de Pinto do Couto; de Albino de Souza Cruz, grande benemérito do Real Gabinete, obra de Humberto Cozzo; Ramalho Ortigão, de Costa Mota.

⁴⁴ Cabe aqui lembrar que Eduardo Lourenço (1991) afirma que a construção da identidade nacional portuguesa está associada ao imaginário de um passado glorioso e Boaventura de Sousa Santos (1995) demonstra que na análise da situação atual de Portugal deve ser levada em conta a "memória de centro" (seja centro do Império Colonial, seja centro em relação às ex-colônias após a descolonização) que perpassa a construção simbólica da nação portuguesa.

- O *Altar da Pátria*, peça confeccionada em prata e marfim, na cidade do Porto, em Portugal, medindo 1,70m de altura, alusiva aos feitos dos navegadores portugueses. Constando a sua base de quatro naves apontadas para os quatro pontos cardeais, "*como indicando que nenhum ponto do globo terrestre foi estranho aos audazes navegadores*" (REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, 1977:194). O centro da escultura contém relevos em volta dos quais se destacam os vultos do Infante Dom Henrique, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Luís de Camões. O cume da escultura representa a fé cristã, simbolizada pela Cruz de Cristo (vide, em ilustração na página seguinte, fotografia desta escultura). Não deixa de ser interessante e quase irônico constatar que uma obra que simboliza a nação colonizadora tenha feito parte da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, realizada em 1992, no Rio de Janeiro.

Cabe notar também que, além da imagem cristalizada de um Portugal glorioso, as imagens inscritas nestas esculturas são de origem católica, o que demonstra ser a nação pensada a partir de símbolos de grande relevância na sociedade de origem.

Além do já exposto, outro fato que expressa a importância da associação no cenário da imigração portuguesa no Rio de Janeiro é a celebração, em suas dependências, da "data magna" da nacionalidade portuguesa, o "10 de junho".



"Altar da Pátria": a celebração dos Descobrimentos

1.4. A Celebração da Nação: o "Dia de Camões"

No dia 10 de junho celebra-se o "Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas"⁴⁵. No Rio de Janeiro, desde 1932, realiza-se no Real Gabinete uma solenidade comemorativa deste dia, organizada em conjunto com a Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras do Rio de Janeiro⁴⁶. As associações aqui abordadas são chamadas indiscriminadamente de *portuguesas* e *luso-brasileiras*, dependendo do contexto em que são acionadas. Como já vimos, o termo *luso-brasileiro* é utilizado nos discursos em que se enfatiza a *retórica da irmandade*.

Passaremos, a seguir, à reconstituição da cerimônia por nós observada no ano de 1993 (vide, na página seguinte, reprodução do convite distribuído na ocasião)⁴⁷. Neste dia, na fachada do prédio hastearam-se as bandeiras de Portugal (ao centro), do Brasil (à direita) e do Rio de Janeiro (à esquerda). No interior do salão nobre, ao alto da mesa de honra, colocaram-se bandeiras do Brasil e de Portugal. Do lado direito da mesa, perfilaram-se casais de jovens dançarinos de ranchos folclóricos de diversas associações luso-brasileiras, portando estandartes de suas agremiações.

É comum verificarmos nos eventos promovidos pelas associações portuguesas, tanto nas "nacionais" quanto nas "regionais", a presença de representantes de outras associações. Esta prática de reciprocidade

⁴⁵ Como Feldman-Bianco (1992:2-3) observou, este dia, conhecido até a Revolução de 1974 como o *Dia de Camões e da Raça Lusa*, foi reinventado pelo Estado português, e "*transformado em uma celebração das comunidades portuguesas disseminadas pelo estrangeiro*".

⁴⁶ Até recentemente este evento denominava-se *Dia da Raça*.

⁴⁷ É importante ressaltar que este foi o primeiro "*10 de junho*" após a eclosão dos conflitos diplomáticos entre Brasil e Portugal que serão analisados no próximo capítulo. Voltamos a presenciar este ritual no ano seguinte e não pudemos observar nenhuma "mudança estrutural" nele.



CONVITE

As Diretorias da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras, do Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Rio de Janeiro e do Real Gabinete Português de Leitura têm a satisfação de convidar V. Exia. e Exma. Família para a Sessão Solene comemorativa do "Dia de Portugal" que farão realizar no próximo dia 10 de junho de 1993 (Corpus Christi), às 17 horas, presidida pelo Embaixador de Portugal no Brasil, Dr. Leonardo Mathias.

Os oradores serão o Embaixador Luís Felipe Lampreia, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, e o Dr. José Blanco, Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian.

Agradecemos sua presença para celebrarmos, juntos, a Epopéia Portuguesa.

Local: Rua Luiz de Camões, 30.

Traje: Passeio.

reforça os laços de afinidade entre os diversos grupos de imigrantes portugueses, unindo-os em torno de uma identidade comum - portugueses - marcando a diferença em relação à sociedade receptora sem, no entanto, estabelecer o confronto, como podemos notar na presença de bandeiras do Brasil na fachada do prédio.

A composição da mesa, anunciada e dirigida pelo Presidente do Real Gabinete e da Federação das Associações, evidenciou o leque de interlocutores destas entidades em seu papel de "empresários étnicos" (ARONSON, 1976; FELDMAN-BIANCO, 1993) da portugalidade. Constatou-se a mesa de representantes do Estado Português (no ano que se observa o cônsul interino de Portugal no Rio de Janeiro e um ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal), de importantes entidades portuguesas (o Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian - renomada entidade cultural de Portugal, o Presidente do Conselho da Comunidade Portuguesa no Rio de Janeiro, o Presidente do Clube Ginástico Português - uma associação recreativa - e um diretor da TAP - Transportes Aéreos Portugueses) e do Estado Brasileiro, representado no âmbito federal (o Embaixador do Brasil em Portugal), estadual (por um representante da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) e municipal (pelo vice-prefeito do Rio de Janeiro).

A solenidade iniciou-se com a execução dos hinos de Portugal e do Brasil pela Banda Portugal. Em seguida, apresentou-se o Coral da Universidade Gama Filho⁴⁸, cujo orador declamou textos épicos de Camões

⁴⁸ Esta instituição goza de grande prestígio junto à "comunidade portuguesa", tendo seu Coral se apresentado recentemente em Lisboa, a convite da Fundação Calouste Gulbenkian e do governo de Portugal.

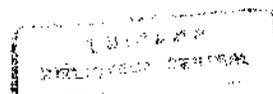
e Fernando Pessoa e recitou poesias de José Régio, além de referir-se constantemente tanto à "saudade de terras portuguesas", como à "vocação portuguesa de plantar bibliotecas pelo mundo, obra coletiva de um povo conquistador, numa representação muito próxima a do português "empreendedor" preconizado por Sérgio Buarque de Hollanda (op. cit).

Entre os números musicais apresentados, destacamos o popular "*Vira virou*", em que o coral executou uma coreografia alusiva ao "*movimento das caravelas portuguesas pelos mares*" e o samba "*Aquarela do Brasil*", que encerra a apresentação. O orador ressaltou que esta música representa "a síntese da cultura portuguesa, o Brasil, com a sua mistura de raças", fazendo uso da *f bula das três raças*, que, como vimos no primeiro capítulo,   recorrente nas formulações a respeito da cultura brasileira.

Cabe salientar que a crença na capacidade de amalgamação do português, recorrente no senso comum e apropriada pelo pensamento social brasileiro - especialmente Gilberto Freyre -  , como se ver  adiante, freqüentemente atualizada pelos representantes dessas associações portuguesas, os empresários da portugalidade no Brasil.

Desta forma, o Coral da U.G.F. representa, simultaneamente, Portugal e Brasil. A nosso ver, esta representação evoca sentidos profundos. Se, por um lado, alude   *retórica da irmandade*, por outro, também tenta demonstrar uma certa identificação do Brasil com Portugal.

Após a apresentação do Coral, membros da mesa fizeram pronunciamentos significativos. O presidente do Real Gabinete e da Federação das Associações, Dr. Ant nio Gomes da Costa, referiu-se   "*epopéia portuguesa dos grandes descobrimentos*", e   "*contribuição de*



Portugal para a formação do Novo Mundo", destacando o Brasil como o "Portugal vivo no outro lado do Atlântico". Suas palavras mostram a preocupação destas associações em intermediar o diálogo - através da elite portuguesa - entre Portugal e o Brasil. Neste sentido, deve-se salientar a questão política atual, onde os diferentes interesses de Brasil e Portugal se articulam no contexto mais amplo de globalização. A transnacionalidade pode, em determinados momentos, evidenciar as diferenças.

O Embaixador do Brasil em Portugal, Luís Felipe Lampréia, apontou, em seu discurso, para o fato de que atualmente tem que se levar em conta a questão da modernidade e do quadro mais amplo das relações internacionais. Também destacou a "*herança portuguesa*": a mestiçagem, a ausência de xenofobia e a unidade territorial, "*sem localismos*". Mesmo sem tê-la mencionado em nenhum momento, ficou clara em seu discurso a influência da obra de Gilberto Freyre, que, como já nos referimos anteriormente, é fonte permanente de inspiração nos discursos proferidos pelas autoridades portuguesas e brasileiras na construção de imagens recíprocas entre os dois países. Fez menção à crise diplomática referente às restrições à imigração brasileira em Portugal, afirmando que esta crise "trará efeito revigorante às relações entre os dois países", pois "tudo que hoje nos afasta, nos aproxima como irmãos".

É interessante notar que este foi o único orador a se referir à crise diplomática entre os dois países, decorrente das restrições à imigração brasileira em Portugal. Estas são resultantes da adequação de Portugal às normas da Comunidade Européia, visto que Portugal atravessa política e

economicamente uma fase de transição. A crise, mais uma vez, é abafada com a "retórica da irmandade".

O representante da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr. José Blanco, falando "em nome de Portugal", lembrou Eduardo Lourenço, que destaca o papel dos poetas na construção da nação portuguesa, recitando alguns poemas que retratam uma "*saudade de 500 anos*". Aqui vemos, mais uma vez, a língua ser utilizada como fonte de legitimidade da nação portuguesa. Em seu discurso, também enfatizou a importância de "celebrarmos juntos o 10 de junho", visando a "*união entre os dois povos irmãos*".

A consulesa interina de Portugal no Rio de Janeiro, Dra. Lila Sarmento, leu uma mensagem do Embaixador de Portugal no Brasil, que também exaltou a "*epopéia portuguesa ao longo dos últimos cinco séculos*" e reafirmou a necessidade de "*uma união cada vez maior entre Brasil e Portugal*".

A sessão solene foi encerrada pelo Presidente da Mesa com a entrega ao representante da Fundação Calouste Gulbenkian de um "Diploma de Gratidão" e uma medalha concedidos pelo Conselho Deliberativo do Real Gabinete. Cabe salientar que esta prática de homenagear pessoas de grande prestígio em Portugal também é comum nas associações regionais, como veremos adiante.

Pelo exposto, vimos que o Real Gabinete, com seus cursos e acervo artístico, seja com a preocupação em homenagear as grandes datas e feitos portugueses, enfatiza a idéia de *nação* na reconstrução da portugalidade, colocando-se e sendo obviamente colocado como representante da cultura oficial portuguesa. A valorização da auto-imagem

de Portugal no cenário internacional permanece, mesmo com a mudança dos discursos. Hoje, o Real Gabinete não se dedica apenas em exaltar o passado português, mas também a divulgar o desenvolvimento da atual sociedade portuguesa e a entrada do país na Comunidade Econômica Européia. Em ambos os casos, recria em terras brasileiras, através da língua e do território, o português camoniano do além mar, empenhado em cantar as glórias de Portugal, "*espalhando-as por toda parte, se a tanto ajudar o engenho e arte*".

2. Arouca Barra Clube : a aldeia reinventada.

*"Guarda Arouca em seu convento
O corpo da Rainha Santa
Filha de Dom Sancho Primeiro
As tradições arouquenses
Também são por nós guardadas
Cá no Rio de Janeiro"
(Rusga remada - música cantada pelo
Rancho Folclórico do Arouca Barra Clube).*

Esta associação, inicialmente denominada "Casa de Arouca"⁴⁹ foi fundada em 10 de junho de 1967⁵⁰ e teve como sede provisória a casa da Comendadora Maria Helena dos Santos Ribeiro (arouquense de grande destaque na "comunidade"), no bairro do Rio Comprido. A idéia da "*criação*

⁴⁹ Arouca é um concelho do distrito de Aveiro, no norte de Portugal. Sua área é de 327 km² e tem como principal atividade a agricultura, em especial a cultura do vinho.

⁵⁰ É interessante observar que foi escolhido o "Dia de Portugal" para a criação desta associação, embora, como veremos ao longo do trabalho, a data mais significativa na vida da instituição seja o 07 de setembro, curiosamente o Dia da Independência do Brasil.

de uma Casa na cidade capaz de perpetuar as tradições arouquenses em terras brasileiras", surgiu na década de 1960, quando um grupo de arouquenses passou a se reunir anualmente, no dia 07 de setembro, dia de Nossa Senhora da Mó, em almoços e jantares de confraternização, primeiro em churrascarias e posteriormente na Casa da Vila da Feira e Terras de Santa Maria.⁵¹ Em 1969, inaugurou-se a primeira sede própria da associação, na Tijuca, de onde se transferiu, em 1973, para um condomínio na Barra da Tijuca, próximo à Lagoa de Jacarepaguá, na zona oeste, passando a chamar-se *Arouca Barra Clube* (vide, em ilustração na página seguinte, fotografia da entrada da sede social do clube).⁵² Esta denominação sugere a estratégia da associação de ampliar suas fronteiras simbólicas para além da "comunidade" portuguesa, buscando, como nos disse um de seus diretores, *"não ficar fechada entre quatro paredes falando de fado enquanto a mocidade quer dançar rock"*. Além disso, ao incentivarem a entrada de jovens em seus quadros, promovem a transmissão de valores culturais através de diferentes gerações.

⁵¹ Isto evidencia, mais uma vez, a prática de reciprocidade, através de trocas de gentilezas e ritos (Mauss:1974:45) entre os membros das associações portuguesas.

⁵² O prédio principal da sede social se compõe de uma Salão Nobre, onde são realizadas as principais festividades. No térreo, funciona um restaurante, freqüentado pelos associados e convidados. Neste mesmo pavimento, encontram-se um salão utilizado para festas, convenções e simpósios, uma sala de troféus que leva o nome de Alcides Gonçalves da Rocha, uma sala de leitura, uma sala de jogos de salão e a sala "Presidente Afonso de Moura Brandão", ocupada pelo Departamento Feminino. Há, ainda, em suas dependências, um conjunto de piscinas intitulado "Parque Aquático Afonso de Moura Brandão"; o ginásio poliesportivo coberto "Comendador César Soares"; o parque infantil "Custódio Tomás" e o campo de futebol-society "Manuel Teixeira Gomes". Em geral, as várias dependências do clube são batizadas com o nome ou de ex-presidentes ou de pessoas de prestígio na "comunidade". Ao lado do ginásio, está situada a Capela da Rainha Santa Mafalda, onde são realizados casamentos, batizados, missas e as festas religiosas da associação.

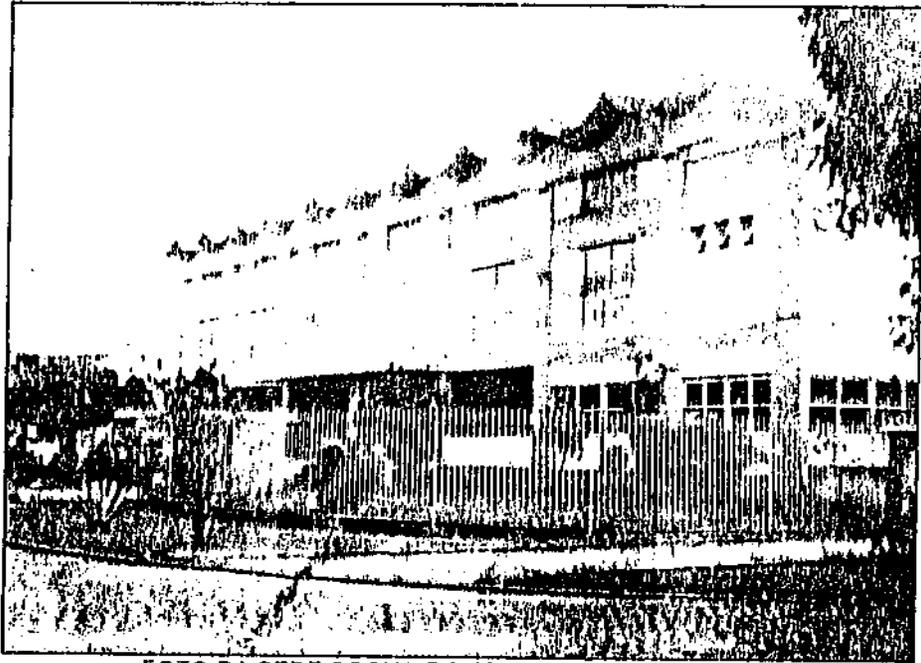


FOTO DA SEDE SOCIAL DO AROUCA BARRA CLUBE

O corpo social do clube é formado por portugueses de situação econômica privilegiada, em geral grandes comerciantes e industriais e seus descendentes, notando-se a presença maciça de representantes do ramo de panificação entre os associados. Embora em sua maioria sejam provenientes da região de Portugal que dá nome ao clube, não podemos deixar de dar ênfase ao fato de que há muitos associados que vieram de outras regiões de Portugal e vários brasileiros.

Esta estratégia de arregimentar brasileiros tem relação - além da retórica da irmandade - com a quase erradicação da imigração portuguesa para o Brasil, notadamente nas duas últimas décadas. Tornou-se, assim, imperativa a necessidade de renovação do quadro de associados para a sobrevivência da instituição como ocorreu também com o Real Gabinete. Isto sugere que o critério de pertença a esta associação não passa exclusivamente pela origem regional e nacional do associado, mas pela posição social de seus membros e pela disposição em "*manter e divulgar as tradições arouquenses*" assim como evidencia uma série de relações políticas e econômicas com a sociedade brasileira. Como se percebe, outra vez a ambivalência aparece: brasileiros reforçando a etnicidade portuguesa.

Ao mesmo tempo, o Arouca reforça continuamente os laços com a sociedade de origem ao oferecer honrarias, como títulos de sócio honorário, a figuras notáveis de Portugal. Entre os que receberam esta homenagem, destacamos Mário Soares, Presidente de Portugal, Dra. Maria Manuela Aguiar Moreira, vice-presidente da Assembléia da República Portuguesa, Dr. Leonardo Mathias, embaixador de Portugal no Brasil, Dr. Antônio Gomes da

Costa, presidente da "Federação" e do Real Gabinete", Prof. Augusto Gomes dos Santos, presidente da Federação de Folclore Português e Prof. Zeferino Duarte Brandão, presidente da Câmara Municipal de Arouca. Estas concessões de honrarias mostram a preocupação do Arouca em estabelecer, a exemplo do que faz o Real Gabinete, relações de reciprocidade, tanto com o Estado Português - em nível mais amplo, com a Presidência da República e, na esfera regional, com a Câmara Municipal - como com outras associações portuguesas.

Mas, sem dúvida, o que evidencia acentuadamente a expressão da memória coletiva pelos membros desta associação são as diversas festividades que reinventam a vida social da aldeia de origem. Nesta reinvenção, enfatiza-se o caráter conservador através da valorização do ethos camponês e da religião católica, marca distintiva da vida social da aldeia. Veremos, assim, como esta instituição recria traços que acentuam localismos diferenciados, privilegiando a imagem de um Portugal do passado, em detrimento do Portugal contemporâneo. Esta exaltação do mundo rural português foi, como sabemos, uma das principais marcas da política salazarista em relação à emigração.

2.1. As festas

O Arouca promove uma série de festas que classificaremos em duas categorias⁵³: as *de convívio social*, que visam a confraternização dos seus

⁵³ A descrição aqui apresentada se refere às observações realizadas entre setembro de 1993 e fevereiro de 1995

associados, e as da *tradição*, em que se observa a atualização de práticas sociais oriundas da sociedade de origem. É importante salientar que, nestas festas, a presença de brasileiros é marcante, o que reforça nosso argumento anterior, ou seja, a idéia de ambigüidade.

As festas de convívio social Estas festas visam reforçar os laços de convivência entre os associados. Entre elas destacamos: o Baile de Debutantes, o Festival de Galeto e Chopp, o Almoço Dançante e o Churrasco dos Aniversariantes do mês e, em especial, o Almoço da Quintas e o Chá de Convívio Social e a Festa do Dia das Mães.

Entre as *festas da tradição*, ressaltamos as *festas do ciclo agrícola* e as festas religiosas.

As principais festas agrícolas são: (1) a *feira das Vindimas*, que rememora a época da colheita das uvas na região de Arouca. Neste evento, o Rancho Folclórico do clube se apresenta com danças alusivas à agricultura local;⁵⁴ (2) - a *feira das Cerejas*, tradicional festividade do calendário da associação, que relembra a colheita da "rainha das frutas" - a cereja.

Entre as festas religiosas, destacamos: (1) a *Festa de Páscoa*, em que se realiza, após a missa, a cerimônia do Beija-Cruz, também realizada, no mesmo período, em Portugal. Logo após, os presentes saem em procissão pelas dependências do clube onde alguns, com muita emoção, relembram o domingo pascal arouquense, inclusive o tradicional almoço em que são

⁵⁴ A descrição das danças será feita na parte referente ao Rancho Folclórico, cuja presença legitima as festividades ligadas à tradição arouquense.

servidos pratos típicos da região; (2) a *Festa em Honra da Rainha Santa Mafalda*, que rememora os festejos realizados anualmente em Arouca em louvor da Rainha Santa Mafalda, padroeira de Arouca (vide, em ilustração na página seguinte, imagem de Santa Mafalda, no interior da capela do clube)⁵⁵ (3) a *Festa de Nossa Senhora da Mó*, realizada anualmente a 07 de setembro, dia do aniversário da associação⁵⁶, que relembra as romarias em louvor à santa cujo templo se localiza no ponto mais alto do concelho de Arouca, a Serra da Mó, ou Alto da Senhora da Mó.

Além destes eventos que evocam a vida social da aldeia de origem destes imigrantes, um setor da associação se destaca no papel de "*mantenedor das tradições arouquenses*": o rancho folclórico. A análise das reinvenções culturais do rancho e, principalmente, das suas digressões, é fundamental para o entendimento do papel de mediador cultural que esta associação desempenha. A partir da descrição dos eventos produzidos pelo rancho, é possível perceber a articulação entre o Arouca e a sociedade abrangente, não somente no tocante à inserção, em seus quadros, de brasileiros, mas também no que se tange a perpetuação da imagem de uma cultura luso-brasileira. Neste caso, a construção da luso-brasilidade não está centrada na cultura erudita, como acontece com o Real Gabinete, mas baseada na reprodução de uma cultura popular tida como autêntica.

⁵⁵ D. Mafalda era filha de D. Sancho I e neta de D. Afonso Henriques, fundador da primeira dinastia portuguesa. Ingressou na vida religiosa e, depois de sua morte, foi-lhe atribuído o dom da santidade, reforçado pela lenda de que seu corpo estava intacto quando foi aberta a sepultura anos após sua morte. Foi declarada santa pelo Papa Pio VI e seu túmulo, em ébano e ornado pela Coroa e Armas de Portugal em prata e bronze, é objeto de veneração em Arouca.

⁵⁶ Esta festa tem sua realização prevista no Estatuto da instituição.



Imagem de Santa Mafalda, padroeira de Arouca.

2.2. O Rancho Folclórico

Fundado em 1968, tem como objetivo maior "*perpetuar as tradições arouquenses em terras brasileiras*" ou, ainda nas palavras de seu diretor, "*desenvolver o folclore puro e autêntico de sua região*".⁵⁷ O rancho conta com aproximadamente cinquenta componentes, dentre os quais um marcador, um ensaiador, um diretor e quatro cantadeiras, (sendo uma principal) que fazem o solo. A orquestra, denominada tocata, é formada por dez músicos.

Seus trajes, danças e cantos procuram reproduzir o "*modo de vida dos antepassados na hora do lazer e nos trabalhos do campo*". Quando se referem aos antepassados, os membros do rancho fazem uso de expressões tais como "*naquele tempo*", "*no tempo dos antigos*", recordando a "*memória de um tempo parado*" (PINTO, 1993). Este tempo permanece até hoje, pois, como expressa o diretor do rancho, "*nós temos que preservar a mesma cultura até hoje, porque foram os primeiros homens que a desenvolveram e isso vai passando de geração em geração e nós temos que ter o cuidado de quando for adquirir este conhecimento, não puxar o conhecimento de uma pessoa que já deturpou, porque isso é muito problemático*".

Os trajes usados pelos componentes do rancho evidenciam a diferenciação social e econômica no meio rural português e podem ser classificados em dois tipos básicos: o *traje de campo*, que simboliza os trabalhadores rurais, pessoas de baixo poder aquisitivo; o *traje de domingo*

⁵⁷ Ressalte-se que o argumento de autenticidade é fonte de acusações entre os ranchos, apontando para o estabelecimento de um "campo de luta concorrencial" (BOURDIEU, 1990) entre as diferentes associações na disputa pelo reconhecimento da comunidade enquanto "legítimos".

e das *lavradeiras ricas*, usado pelas pessoas mais abastadas, "*quando iam às romarias e às missas*".

As danças apresentadas pelo Rancho são em geral executadas em rodas, cadenciadas, "valseadas", cujos cantares fazem alusão às tradições culturais de Arouca. Entre elas, destacamos:

- *Cana Real* - representa as moças - que ficam no meio da roda - que eram cobiçadas pelos rapazes da aldeia, que lhe dirigiam galanteios.
- *Dança do Senhor da Pedra* - representa as romarias à Capela do Senhor da Pedra, outro marco da religiosidade arouquense, nas quais as pessoas iam cantando e dançando.
- *Dança das Rugas* - É um desafio de rimas, parecido com o dos "repentistas" do Nordeste brasileiro, no qual, ao som de uma viola ou uma concertina, "*uma rima vai puxando a outra até chegar o final*", simbolizando as brigas decorrentes do assédio de rapazes de uma aldeia a moças de outra.
- *O Malhão* - refere-se aos homens que se deslocam para os trabalhos sazonais- os malhões - onde "malham" o trigo e o centeio, cereais produzidos na região. O termo malhão é alusivo ao malho, objeto utilizado na prática agrícola.
- *Vira das trempes* - lembram o rigor do inverno da região, quando as pessoas se aqueciam em torno das trempes (espécie de "aranha" em ferro, sobre a qual se colocava a panela na fogueira).

Contudo, para nossa investigação, as atividades do rancho que mais ilustram nossa argumentação são os festivais de folclore e as digressões.

2.3. Os festivais de folclore

O Rancho Folclórico do Arouca Barra Clube foi o primeiro de uma associação portuguesa radicada no Brasil a ser aceite na Federação do Folclore Português, órgão centralizador das atividades dos diversos ranchos folclóricos portugueses difundidos pelo mundo.⁵⁸ Ao ingressar na Federação do Folclore Português, o rancho deve promover anualmente um festival de folclore português. O do Arouca o faz regularmente desde 1991, convidando para participar do festival ranchos pertencentes a diversas associações portuguesas, tanto do Rio de Janeiro quanto de outros estados, como São Paulo (vide, em ilustração na página seguinte, detalhe da apresentação do Rancho do Arouca em 1994). Ranchos de Portugal também são convidados. Os requisitos necessários para a aceitação de novos filiados à Federação do Folclore Português são: a) trajes "*altamente típicos*", sem estilização; o diretor do rancho do Arouca afirma que, em seu grupo, "*tudo é cópia fiel*" e sabe-se que o argumento de autenticidade é fonte de acusações entre os ranchos, apontando para o estabelecimento de um "campo de luta concorrencial" (BOURDIEU, 1990) entre as diferentes associações na disputa pelo reconhecimento da comunidade enquanto "legítimos"; b) músicas "*realmente folclóricas*", retiradas do "cancioneiro" da região e ensinada pelos mais velhos às gerações seguintes. O diretor do

⁵⁸ Atualmente fazem parte da Federação de Folclore Português, o Rancho Folclórico da Casa de Viseu e o Rancho Folclórico do Arouca São Paulo Clube.



Rancho Folclórico do Arouca Barra Clube: reinventando tradições

rancho do Arouca exclui as "*músicas de brinquedo*", ensinadas nas escolas; c) coreografia correta das danças, "*dançando como nos anos anteriores se dançava*".

2.4 As digressões

Uma das atividades principais praticadas pelos ranchos folclóricos das associações portuguesas são as digressões, visitas a Portugal para exposições de canto e dança. Esta atividade explicita, mais uma vez, a ambigüidade que perpassa as relações entre os dois grupos aqui focalizados. Ao ir a Portugal "*levar o verdadeiro folclore português (arouquense)*", este grupo realiza um processo de inversão, pois, indivíduos de outra nacionalidade, no caso, brasileiros, tomam para si o papel de porta-vozes de uma outra cultura nacional.

O Rancho do Arouca já se apresentou por diversas ocasiões em Portugal. A primeira ida aconteceu em 1986. Uma questão interessante para se pensar as relações entre estas associações, a sociedade portuguesa e a brasileira, trata-se do fato destes grupos, nas digressões, não mostrarem apenas o "folclore português", mas também o brasileiro.

Quando das apresentações em Portugal, o Rancho do Arouca apresenta números de "folclore brasileiro", através de danças regionais, como as do Norte, "como uma autêntica índia da Amazônia"; do Nordeste, com dançarinos de frevo e baianas típicas; do Centro-oeste, com dançarinos de maculelê; do Sul, com gaúchos em seus trajes típicos e do Sudeste, com uma pequena exposição de samba, apresentada com bateristas, passistas e destaques".

Desta maneira, os membros dessas associações transitam não só física como simbolicamente pelas fronteiras das duas sociedades em que se inserem: a de origem (portuguesa) e a receptora (brasileira).

Neste sentido, é de grande significação o processo de inserção no rancho Folclórico de seu atual diretor brasileiro⁵⁹, que está nesta função há 18 anos. Na escola, quando fazia o curso médio, travou conhecimento com as "tradições portuguesas", nas "Semanas de Folclore" que o colégio promovia. Interessou-se pelo folclore português e foi levado por um amigo ao *Rancho Tricanas de Ovar*, no qual ingressou como *componente* e passando posteriormente a ocupar os postos de *marcador* e *ensaiador*, quando se transferiu para o Arouca, sendo logo promovido a *diretor*.

Apesar de representar a cultura popular portuguesa, esta associação também não deixa de reproduzir a "retórica da irmandade" utilizada pelos representantes da cultura oficial, fazendo, por exemplo, com que o samba e o vira sejam apresentados como símbolos de uma só cultura - a luso-brasileira. E, ao incorporar brasileiros a suas instâncias de poder - como na Direção do Rancho Folclórico - reforça os laços com a sociedade receptora, laços estes constantemente reafirmados pela "retórica da irmandade"

⁵⁹ Neste caso, em que se verifica a adesão a uma outra cultura, parece-nos que a "irmandade" vai além da retórica. Em situações como essa, ela parece existir de fato. Uma coisa nos parece a retórica em relações políticas, outra em relações pessoais. Acrescente-se que seu sobrinho, também brasileiro, segue os mesmos passos e hoje exerce a função de ensaiador do rancho.

3. Real Gabinete e Arouca: a imaginação da nação

A investigação levou-nos, portanto, a perceber que portugueses oriundos de diferentes regiões inserem-se de maneira diferenciada na sociedade receptora.

Vimos que algumas destas instituições mais próximas dos centros de poder portugueses, como o Real Gabinete Português de Leitura, têm como objetivo principal a exaltação da nacionalidade portuguesa, através da promoção de eventos significativos do calendário nacional português, como a celebração do *Dia de Portugal*, onde são rememorados os "feitos gloriosos" dos portugueses, como a expansão marítima e a colonização do "Novo Mundo". No entanto, altas entidades brasileiras são, simultaneamente, convidadas e a retórica de vários oradores passa sempre pela "irmandade".

Outras, como o Arouca Barra Clube, têm como premissa básica a manutenção e reinvenção constante de práticas culturais que evocam a sociedade local de origem, reatualizando em festas seculares e rituais religiosos a memória de uma vida social passada que identifica seus membros como pertencentes a determinada região, diferenciando-se dos demais portugueses do Brasil. Neste caso, os membros destas associações marcam sua pertença a um grupo étnico de maneira semelhante aos poetas imigrantes portugueses nos Estados Unidos mencionados por Graça Capinha em seu trabalho intitulado "*Literatura e Emigração*" em que "*o universo simbólico dos indivíduos do grupo especificamente em questão (os imigrantes) resulta, na esmagadora maioria dos casos, de um processo de enculturação a nível local ou regional, relacionado, por isso, não tanto com*

a nação, mas, antes, com a ilha, ou com uma zona específica do país, ou com a própria freguesid' (CAPINHA, 1993:519).

A reconstrução de identidades locais e regionais no contexto da imigração portuguesa nos Estados Unidos também aparece no trabalho de Bela Feldman-Bianco (1993), que demonstra como os açorianos de New Bedford reinventam "*múltiplas camadas de tempos e espaços em um cotidiano americano*". Mesmo trabalhando como operários na indústria têxtil da região, esses imigrantes, em seu tempo livre, reelaboram antigas práticas sociais como o plantio de hortas, reforçando a dimensão regional da construção de sua identidade.

É interessante notar, contudo, que nos casos acima referidos, são imigrantes portugueses que recriam tradições e reelaboram identidades na sociedade receptora. No caso do Arouca, a ambivalência aparece no fato de grande números de brasileiros exercerem o papel de "mantenedores da cultura arouquense".

Ao compararmos estas associações, não podemos deixar de apontar para o aspecto de reelaboração constante de categorias diferenciais que se articulam no interior de um mesmo grupo social, reforçando a ambiguidade, na comunidade emigrante e também na comunidade brasileira. Assim, português e/ou arouquense não são apenas categorias exclusivas, mas também "identidades" acionadas situacionalmente na experiência de imigração vivenciada por estes portugueses.⁶⁰

⁶⁰ Cabe aqui lembrar as palavras de Seyferth (1987:530): "*uma definição de grupo étnico deve incluir dois aspectos importantes: é um grupo cujos membros possuem uma identidade distintiva atribuída, e sua distintividade como grupo tem quase sempre por base uma cultura, origem e história comuns*".

Neste sentido, o texto de João Arriscado Nunes (1995) é de grande importância para a compreensão da construção de identidades em um contexto imigratório. Para este autor, os imigrantes articulam e negociam híbridas ou heterogêneas configurações culturais, acionando repertórios culturais de diferentes origens (NUNES, 1995:2). No caso aqui observado, percebe-se a articulação de diferentes configurações identitárias no espaço português do Rio de Janeiro, onde portugueses aqui fixados acionam distintas identidades de acordo com a situação em que se encontram.

Desta maneira, no processo de recriação de um "novo" Portugal no Brasil, a cultura, em suas diferentes expressões, atua como instrumento de interesses políticos e econômicos tanto do Estado Português quanto da elite econômica e cultural da "comunidade portuguesa" do Rio de Janeiro.

Podemos, então, afirmar que estas associações: (a) constituem agências étnicas por excelência, pois demarcam fronteiras simbólicas entre portugueses e brasileiros, mediante a reelaboração de elementos culturais; (b) exercem o papel de empresários da portugalidade no Rio de Janeiro, intermediando o embate político entre a sociedade de origem e a receptora; (c) produzem simbolicamente a "nação portuguesa" a partir de três noções complementares: *nacional* (português), *regional* (arouquense), e *transnacional* ("no Brasil") - como o prolongamento da nação portuguesa; (d) ao reafirmarem a *retórica da irmandade*, reforçam a ambigüidade das relações entre Brasil e Portugal, funcionando como instrumento da política atual de negociação, também identitária, dos estados brasileiro e português.

Veremos, então, no próximo capítulo, como as relações entre brasileiros e portugueses são constantemente marcadas por conflitos e acusações recíprocas, ao mesmo tempo que tratados e acordos diplomáticos assinados entre os dois países reafirmam a *retórica da irmandade*.

Capítulo III:

Brasil e Portugal: o dilema da ambigüidade

*Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal
(Fado Tropical - Chico Buarque)*

Brasil e Portugal partilharam, durante três séculos, uma história comum. Ao longo desse período, a nova sociedade que se ia constituindo, foi cimentando as bases de uma identidade própria em contraste com a identidade do país colonizador. Tal contraste gerou características peculiares nas relações entre os dois países, cuja marca principal é a ambigüidade.

Gladys Ribeiro (1994) mostra que antes mesmo da independência do Brasil esta ambigüidade já se fazia perceber. Com a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, estabeleceu-se o conflito entre os portugueses recém-chegados e os locais. A referida autora observa que o próprio D. João VI, nos seus pronunciamentos em relação à contenda, já lança mão do argumento da "unidade" entre os dois povos. Quando se referia ao "*povo*", o Rei incluía nesta categoria os "*nativos*" e os lusos.

Mas, como aponta Ribeiro (1994: 32-35), havia clivagens tanto na concepção de "povo" quanto de "classe dominante". Esta clivagem era produzida por uma hierarquização racial, que determinava sua posição na estratificação social. Assim, "*na visão das elites (...) existiam brancos, pretos, pardos (mulatos) e cabras (cor entre o mulato e o crioulo). Entre os "de cor", escravos e libertos. Para os brancos, havia pobres e aqueles que receberam um certo grau de educação, e podiam, por isto, ser separados do restante do povo*".

À época da Independência, *ser português e ser brasileiro* era, segundo Ribeiro (1994:36), "*uma questão da gerência política do Estado*". Conceitos como o de liberdade e cidadania, para a autora, estavam, assim, ligados a interesses mais amplos. Desta forma, a adesão ao "Partido Português" ou ao "Partido Brasileiro" era menos decorrente do lugar de nascimento do indivíduo que de sua "identidade com a terra".

À colonização que deixou marcas presentes até hoje, segue-se o rompimento do pacto colonial que, acredita-se, ocorreu pacificamente⁶¹. No processo de independência do Brasil não houve nenhum rompimento de caráter revolucionário. Sintomático, neste aspecto, é o fato de que seu líder tenha sido um português, filho do rei de Portugal de então. Ainda hoje ouve-se dos portugueses residentes no Rio de Janeiro referências a este fato através do uso da seguinte expressão: "*D. Pedro I vosso, D. Pedro IV nosso*".

O sistema de governo adotado foi a monarquia, liderada pelo imperador D. Pedro I. D. Pedro II sucedeu o seu pai, até a instauração do regime republicano.

A partir de 1870, a imigração de diversos grupos estrangeiros é estimulada pelo governo imperial. A vinda de imigrantes foi a solução encontrada pelos cafeicultores paulistas, já hegemônicos economicamente na segunda metade do século XIX, para substituir a força de trabalho escrava. Esta, por sua vez, vinha diminuindo desde o início daquele século e teve seu tráfico abolido a partir de 1850 pelo governo colonial, com denominada *Lei Eusébio de Queiroz*. Acrescente-se ainda que a partir de

⁶¹ Esta idéia da independência pacífica não é unânime. Veremos adiante a posição contrária a esta idéia, colocada por Carlos Guilherme Motta.

1888, com a abolição da escravidão, supunha-se que os ex-escravos teriam dificuldades de se adaptar ao mercado de trabalho livre.

Assim, por motivos econômicos e ideológicos (de racismo), dar-se-á, a partir da segunda metade do século XIX, mais particularmente, a partir de 1870, a preferência ao trabalho imigrante (italiano e português, predominantemente) em detrimento do trabalho negro.⁶²

Imediatamente após a independência, foi criado o *Partido Brasileiro* que apregoava uma ruptura de fato com o ex-império. Também entre os menos favorecidos, sobretudo negros, surgiram ressentimentos em relação ao privilégio dado aos imigrantes pelo mercado de trabalho em formação, o que gerou na mentalidade brasileira um certo anti-lusitanismo, conforme nos mostra Silva (1991) e Ribeiro (1990).

Dos processos de colonização, de independência e de imigração, surgiu uma constante tensão e ambigüidade na relação entre brasileiros e portugueses no Brasil e entre o Brasil e Portugal.⁶³ Não por coincidência, do ponto de vista oficial, haverá um tratamento especial vis-à-vis entre Brasil e Portugal. Isenção de serviço militar, igualdade nas relações trabalhistas, direito à dupla nacionalidade, assim como um reconhecimento de "irmandade" entre os dois países.

⁶² Em relação à hierarquização do trabalho imigrante neste período, ver Seyferth (1995).

⁶³ Posteriormente, como veremos mais adiante, através de episódios recentes da história diplomática entre os dois, observa-se essa mesma tensão e ambigüidade entre portugueses e brasileiros em Portugal.

"Qualquer cidadão brasileiro que, por ter nascido em Portugal, tendo também a nacionalidade portuguesa e que:

a) tenha feito serviço militar nas forças armadas de terra, mar ou ar do Brasil, ou que tenha concluído um curso oficial de instrução militar, naval ou aérea no Brasil, ficará isento de serviço militar" (Tratado regulando a isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade, de 26/09/1922, artigo I).

b) "Os benefícios, garantias e direitos estabelecidos pela legislação brasileira relativa ao trabalho, à proteção dos trabalhadores, à previdência social, à assistência, à instrução geral e profissional, serão concedidas em cada um dos dois países aos imigrantes nacionais do outro e a suas famílias, exatamente nos termos e condições em que o são seus nacionais" (Convenção de Emigração e Trabalho de 26/09/1922).

Esta tentativa de estabelecimento de relações de amizade e de privilégio recíprocos entre Brasil e Portugal, dá-se, também, na área cultural. Este é o objetivo do Acordo de 18 de outubro de 1924, assinado pelos dois países. Seu artigo segundo diz que:

"A mesma redução (cinquenta por cento) sobre as taxas internacionais em vigor ou que vierem vigorar nos ditos países) será concedida às publicações literárias e científicas trocadas entre as bibliotecas e instituições literárias sobre os dois países" (Acordo postal para a redução de taxas na permuta de livros e jornais, de 18/10/1924).

A mesma preocupação se observa em relação à preservação da língua portuguesa, comum aos dois países.

"As Altas Partes Contratantes obrigam-se a estabelecer como regime ortográfico da língua portuguesa o que resulta do sistema fixado pela Academia de Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras para a organização do respectivo vocabulário, por acordo das duas academias" (Convenção ortográfica de 29/09/1943).

Dentro deste espírito de conservação cultural, Brasil e Portugal também se propuseram a oferecer bolsas de estudo para professores (*Acordo de Cooperação Intelectual de 5/12/1948, artigo III*), a realizar uma troca de "*professores universitários, assim como de revistas científicas, livros de texto, teses de doutoramento*", e "*conceder, na base da mais completa reciprocidade, o máximo de igualdade relativamente à admissão de cidadãos brasileiros e portugueses à matrícula nas Universidades ao exercício de profissões liberais e à equiparação dos respectivos títulos acadêmicos*" (*idem, artigo IV e V*).

Além das esferas políticas e culturais, procuraram também realizar acordos de cooperação econômica.

"Cada uma da Altas partes contratantes concorda conceder aos nacionais da outra tratamento especial que equipare aos respectivos nacionais em tudo o que, de outro modo, não estiver diretamente regulado na disposições constitucionais das duas nações, quer na esfera jurídica, comercial, econômica, financeira e cultural, devendo a

proteção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais" (Tratado de Amizade e Consulta de 16/11/1953, artigo II).

É assim que:

"No campo comercial e financeiro, levado em conta as circunstâncias do momento em cada um dos países, as Altas Partes contratantes concederão todas as possíveis facilidades no sentido de atender aos interesses particulares dos nacionais da outra parte" (idem, artigo III).

"O tratamento especial consignado neste tratado abrangerá não só os portugueses que tenham domicílio em território brasileiro e os brasileiros que o tiverem em território português, mas também os que nele permanecerem transitoriamente."(idem artigo IV).

Acrescentando ainda que:

"As Altas Partes Contratantes (...) permitirão a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicílio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil aos nacionais da outra parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e proteção da saúde pública"(artigo VI).

Em consonância com acordos anteriores e como prolongamentos dos mesmos, realizou-se entre Brasil e Portugal um "Acordo sobre turismo", no qual prevê-se que:

"Cada uma das Altas Partes Contratantes permitirá a entrada em seu território, com isenção de direitos alfandegários, de bagagem e objetos de uso pessoal de turistas nacionais da outra Alta Parte Contratante, nos termos da legislação em vigor"(artigo V).

Outro acordo, de 9 de Agosto de 1960, dá facilidade para a concessão de passaporte vis-à-vis sem a exigência de visto consular, quando na permanência de não mais de seis meses (com exceção dos que forem exercer qualquer tipo de atividade profissional remunerada ou não) (artigos I a V).

O "Acordo sobre Vistos e Passaportes", artigo IV, que diz que os cidadãos de ambos os países, quando em trânsito ou permanência no outro país, deverão se submeter as leis do mesmo, é explicitada na "Convenção sobre Igualdades de Direitos e Deveres" de 7/7/1971, ao conceder "o gozo de direitos políticos" no estado de residência (artigo VII), a sujeição às mesmas leis penais do Estado em que cada cidadão estiver residindo (art. VII), bem como a permissão para utilizar modelos de documentos de identidade comuns aos nacionais de cada país (art. VIII)⁶⁴.

⁶⁴ Lembramos que este acordo foi utilizado pelos portugueses residentes nas colônias portuguesas na África que, após sua independência, migraram para o Brasil.

Além da cooperação política, cultural, turística e diplomática, a que acordos diplomáticos se referem, existe também um outro acordo relativo à cooperação econômica, afirmando que:

"As Partes Contratantes encorajarão e procurarão desenvolver mutuamente a cooperação econômica e industrial entre as instituições organizadas e empresas interessadas nos respectivos países (art. 1), incentivando atividades como:

- 1) realização conjunta de estudos e projetos de desenvolvimento industrial, agrícola e outros setores;*
- 2) construção de novas instalações industriais ou ampliação e modernização das existentes, e realização conjunta de projetos de exploração, aproveitamento de recursos naturais e da transformação de matérias primas;*
- 3) constituição de sociedades mistas, respeitando a legislação dos dois países, de produção, comercialização e financiamento, especialmente sob forma de "joint-ventures";*
- 4) conclusão de acordos interbancários e concessão de condições de crédito preferencias, tendo em conta a legislação vigente nos dois países e os respectivos compromissos internacionais, com vistas de facilitar a implantação das ações previstas no presente acordo;*
- 5) promoção, no âmbito de acordos específicos, das ações adequadas para facilitar e desenvolver o tráfego marítimo e aéreo entre os dois países;*
- 6) participação em feiras, eventos e atividades similares que se realizem nos dois países;*

7) colaboração entre organismos oficiais competentes em matéria de turismo, com o objetivo de promover e intensificar as correntes turísticas entre os dois países; e

8) colaboração com vistas ao desenvolvimento de relações entre empresas para a realização de estudos de viabilidade.(art. III).

O turismo, que já era facilitado, é ainda mais incentivado no "Acordo sobre Dominação Turística", de 03/02/1981. De acordo com as recomendações da Conferências das Nações Unidas de 1963, diz que:

"As Partes Contratantes fomentarão e apoiarão, através de organismos oficiais de turismo e com base no benefício recíproco, a colaboração entre empresas públicas e privadas, organizações e instituições dos dois Estados, no campo do turismo " (art. II), acrescentando que: "As partes contratantes procurarão facilitar e simplificar quanto possível as formalidades aplicadas ao ingresso de turistas de ambos os Estados" (art. III), realizando ainda procedimento no sentido de:

a) assistência mútua em campanhas de publicidade e promoções turísticas;

b) intercâmbio de informações sobre legislação, dados estatísticos e planejamentos turísticos;

c) coordenação e preparação de programas visando o incremento de fluxos turísticos para os dois países."(art. IV).

E ainda:

- a) realizações de bolsas de turismo periódicas, alternadamente em cada um dos países, visando à divulgação da oferta turística de expressão luso-brasileira;*
- b) atividades que possam ser desenvolvidas conjuntamente em acontecimentos internacionais de turismo;*
- c) formas de promoção conjuntas em mercados externos (art. V).*

Em 1991, criou-se um protocolo, em Brasília, com a finalidade de desenvolver um programa de comemoração do 5º Centenário da chegada de Cabral ao Brasil, no ano 2000, considerando que:

"a partir da chegada de Pedro Álvares Cabral, se desenvolveu importante processo de encontro de povos e culturas com papel preponderante na formação da civilização atlântica, matriz da modernidade(...) que se formou(...) a partir do Atlântico, uma cultura e uma civilização de que os povos do Brasil e Portugal são agentes diretos(...) que tal civilização se desenvolve a partir das navegações com espaço de convivência econômica, social e cultural(...) que as comemorações da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil marca momento importante da história dos outros países(...)"(Protocolo de 07/04/1991)"

Sendo assim, o artigo primeiro do protocolo anteriormente mencionado diz ter por objetivo,

"Desenvolver, ao longo da presente década (1991/ 2000), um programa comemorativo dos 500 anos da viagem de Pedro Álvares Cabral que, conferindo uma forte dimensão cultural no relacionamento entre Brasil e Portugal, contribua de forma decisiva para a projeção da comunidade luso-brasileira no aproximar do terceiro milênio".

Constituiu-se, então, uma comissão Bilateral Executiva para apresentar um conjunto de programas anuais de projetos e ações específicas, a fim de dar exequibilidade ao referido artigo I. O período de atividade desta comissão ficou previsto, segundo o protocolo, até 31 de dezembro do ano 2.000.

Apesar do que afirmam os referidos decretos e protocolos diplomáticos, anteriormente arrolados, as relações entre Brasil e Portugal vis-à-vis e a relação entre brasileiros e portugueses no Brasil ou em Portugal, nem sempre se pautaram pela "irmandade" entre os países e os atores sociais.

Já mencionamos anteriormente a tensão no relacionamento entre portugueses e brasileiros, logo após a independência do Brasil, a abolição da escravidão e o processo de imigração da força de trabalho estrangeira, constituída em grande parte por portugueses. Procuraremos analisar agora as desavenças diplomáticas ocorridas entre Portugal e Brasil, desencadeadas pelo tratamento diferenciado (com discriminação) de Portugal a turistas brasileiros, a partir do início da década de 90.

Os motivos pelos quais se recrudesceram as relações entre Brasil e Portugal e, conseqüentemente entre brasileiros e portugueses, pelo que

podemos inferir da leitura de diversos jornais, bem como da observação dos fatos que marcaram esta crise diplomática são: 1) A integração europeia, à qual o governo português aderiu, tendo por isso que seguir os mesmos princípios diplomáticos do restante da Europa. Esta vem impondo severa vigilância aos imigrantes que, se antes serviam de mão-de-obra barata para serviços internos que o europeu não exercia, agora, quando problemas econômicos elevaram a taxa de desemprego para 10%, tornaram-se indesejáveis, uma vez que concorrem com os trabalhadores nacionais na disputa por trabalho desses países; 2) o caso particular do mercado de trabalho português, bastante limitado pelas próprias dimensões, assim como a crise brasileira da década de 80 (a denominada década perdida) que se prolongou no início da década de 90, e ainda o impacto de determinados setores do capital nacional brasileiro (às vezes associados a algum capital internacional) como por exemplo, no setor das comunicações, que exportou grande parte da sua produção e trabalhadores para Portugal; 3) o nacionalismo e o etnocentrismo, para não dizer racismo e xenofobia, que vêm a acompanhar este processo como uma resposta primeira a que se apegam populações e governos quando ocorrem os dois processos mencionados nos itens 1 e 2.

A partir da década de 1980, Portugal torna-se um país atrativo para os brasileiros, seja pela suposta facilidade de integração por terem uma língua comum, seja pela possibilidade de servir *como "porta de entrada para a Europa"*. Esta expressão, utilizada em diversos depoimentos, traz em si mesma uma postura preconceituosa em relação a Portugal,

desconsiderando os inegáveis avanços e conquistas da sociedade portuguesa nas duas últimas décadas.

Mas foi sobretudo a partir de 1992 que cresceu a resistência de Portugal à imigração brasileira. O caso mais famoso foi o da disputa pelo mercado profissional dos dentistas, resolvida mediante uma *"forma conciliatória, pela qual alguns dentistas formados no Brasil conseguiram registro em Portugal"* (Folha de São Paulo, 01/02/93).

Menciona a reportagem supra-citada que:

"A solução não resolveu o problema de centenas de dentistas formados no Brasil que pela falta do reconhecimento do seu diploma continuam trabalhando como empregados de portugueses "responsáveis" pelo trabalho, criando um lucrativo negócio baseado num problema jurídico."

A reportagem ainda arrola uma série de casos de discriminação de brasileiros em Portugal, como por exemplo, o endurecimento das blitz realizadas por funcionários públicos em locais de trabalho de brasileiros ainda sem visto de residência concedido.

Depois do *"caso dos dentistas"*, *"houve muitos outros exemplos de restrições à imigração brasileira em Portugal. Além da referida recrudescência da vigilância a brasileiros não legalizados em Portugal, ocorreram episódios em alfândegas e aeroportos, como o caso de onze brasileiros que foram barrados no aeroporto de Lisboa, confinados, tendo*

que dormir no chão de um aposento, recebendo uma única refeição por dia, até que fossem repatriados" (Folha de São Paulo, 31/01/93).

O ministro das Relações Exteriores de então, Fernando Henrique Cardoso, condenou a atitude das autoridades alfandegárias portuguesas e cobrou do governo português a punição dos funcionários da alfândega responsáveis pelos atos de discriminação. Lembrou que tal atitude comprometia o princípio de reciprocidade que deveria reger as relações entre os dois países e admitiu endurecer o tratamento dispensado aos portugueses no Brasil. Entre as medidas que poderiam ser tomadas incluía-se a revisão do acordo de imigração com Portugal, datado de 1980.

Em 03/02/93, é assinado pelo presidente brasileiro Itamar Franco um decreto alterando a Lei 86.751/81 - a "Lei dos Estrangeiros" , retirando o privilégio dos portugueses de entrarem no Brasil como turistas e obterem após cinco anos o visto permanente. Tal medida, para o chanceler brasileiro, não caracterizava retaliação: *"É reciprocidade. Não convém que tenhamos gestos de generosidade sem reciprocidade(...). É aconselhável que os portugueses demonstrem vontade de resolver essa questão, que está incomodando, vamos ser claros."*

Vejamos, ainda, alguns outros episódios desta "crise diplomática". 1) Carlos Encarnação, secretário adjunto de Estado de Portugal, exime seu governo de responsabilidade pela acomodação dos onze brasileiros detidos no aeroporto de Lisboa alguns dias antes; 2) O Itamaraty relata ao presidente Itamar Franco que os brasileiros barrados no aeroporto preenchiam o requisitos para entrar em Portugal; 3) Mais duas brasileiras são

barradas em Lisboa; 4) O embaixador Português no Brasil, Leonardo Mathias, fala dos barrados como "vagabundos" e "mulatinhas" simpáticas de mini-saía; 5) Uma família de brasileiros é barrada em Lisboa; 6) O presidente do Brasil convoca o embaixador português e protesta contra suas declarações; 7) O presidente de Portugal, Mário Soares, critica seu próprio governo, liderado pelo primeiro ministro Cavaco Silva (de outro partido).

Tais episódios acabaram por criar uma situação crítica entre Brasil e Portugal e, conseqüentemente, entre brasileiros e portugueses. Além das referidas declarações das autoridades de ambos os países, os jornais brasileiros, quer em editoriais, quer em reportagens, também realizaram uma retaliação a Portugal.

"O ressentimento idiota que os disfarçados fascistas portugueses têm em relação ao Brasil, como se seu país e sua gente é que houvessem sido explorados e massacrados pelo colonialismo, tem difundido um clima hostil aos brasileiros. (Jânio de Freitas in Folha de São Paulo, 28/01/93).

Observamos que a relação de "comunhão histórica" citada nos tratados diplomáticos é agora, pelo jornalista Jânio de Freitas, classificada como "exploração", dizendo que o tratamento dado aos turistas brasileiros parecia até indicar que esta relação está invertida (que o colonizado e explorado teria sido Portugal), o que recoloca a questão da "comunhão histórica", no linguajar diplomático, e reintroduz uma questão insolúvel, que é a da "dívida da exploração colonial", por si mesma irrecuperável. Até por

isso mesmo, esta questão é levada à baila apenas em momentos críticos da relação Brasil/Portugal, brasileiros/portugueses.

O jornalista brasileiro denominou a atitude do governo português para com os turistas brasileiros de "*ressentimento idiota*", considerando os portugueses, ainda, como "*fascistas*". De outro lado, por parte das autoridades portuguesas, bem como uma parte da população portuguesa, os turistas ou residentes em Portugal também foram denominados de forma discriminatória como "*vagabundos*" e "*mulatinhas*", conforme a afirmação supra-citada do embaixador português no Brasil.

Enquanto os jornais brasileiros criticavam a atitude de Portugal para com os brasileiros turistas e residentes naquele país, destilando um ressentimento quanto à "exploração colonial" do passado, como ficou patente nas declarações de Jânio de Freitas, utilizando-se inclusive das palavras ofensivas e discriminatórias como "*idiota*" e "*fascista*" para denominar tanto os portugueses em geral, como a atitude das autoridades portuguesas, estas negam qualquer discriminação utilizando-se também de palavras discriminatórias como "*vagabundos*" e "*mulatinhas*". Cabe lembrar que estas denominações são quase tão antigas quanto o próprio processo colonial; no início do século o mercado de trabalho no Brasil discriminava negros e mulatos de um lado e, de outro, denominava de "*vagabundo*" estes mesmos negros e mulatos que, em sua maioria, não encontravam iguais condições de disputa do mercado de trabalho frente aos imigrantes.

Por outro lado, jornais da "comunidade" portuguesa no Brasil, por exemplo, tentavam amenizar o desconforto da situação apelando para a questão da tradição e amizade entre os dois países.

O *Voz de Portugal* de 15 de maio de 1992, alguns meses depois dos mais críticos acontecimentos que desencadearam a crise diplomática Brasil-Portugal, apresentava a manchete: "*Casal em crise que se ama há 500 anos.*" A reportagem afirma que: "*Este atraso na concessão de visto de residência deve-se, aos dados do serviço não terem capacidade para responder a todos os casos em tempo útil.*"

Mais adiante, nesta mesma reportagem, afirma que:

"Com efeito, a entrada de brasileiros em Portugal começa a ser condicionada. Cumprindo os termos da convenção, o Serviço de Fronteiras só reconhece o direito de entrada ao brasileiro que chegar na condição de turista ou que desembarque já com o visto, razão pela qual está recomendando que as pessoas providenciem este documento ainda no Brasil(...). Portugal salvaguardou os seis meses de permanência, mas exige que os brasileiros satisfaçam as condições previstas no artigo 5 da Convenção de Schengen, aderindo, desta forma, às imposições impostas pela Comunidade Européia aos estrangeiros".

Na realidade, apesar dos "panos quentes", o jornal português "dava com uma mão e tirava com a outra". Ou seja, reafirmava o "amor de 500 anos", mas dizia que, por outro lado, Portugal aderira às restrições a estrangeiros preconizadas pela Comunidade Econômica Européia, tocando no nó górdio da questão.

Uma volta à preconização da reciprocidade, apesar da advertência à referida restrição à imigração, vemos na reportagem, "*Ninguém Arranha Amizade entre Brasil e Portugal*", citada a seguir:

"Desde que ocupa o palácio de Belém, o presidente Mário Soares mantém regularidade de vir todos os anos ao Brasil. Desta vez o presidente desembarca sob o signo da reconciliação. Firme em seus propósitos e com fé inabalável de que a amizade que une as duas pátrias, outra vez, ele alcançou os objetivos. Descartando todas as desavenças, Mário Soares foi aclamado e clareou todas as dúvidas pelos locais por onde passou. No Rio, em Curitiba, em Brasília ou na Bahia. Distribuiu carinho e recebeu amor. Condecorou e foi condecorado. Garantiu a força da língua lusa e a irmandade dos países que a usam. De volta à Portugal, missão cumprida, Mário Soares deixou aqui uma mensagem inabalável: "Ninguém arranha a amizade entre Brasil e Portugal" (Voz de Portugal, 25/03/94).

O jornal *Voz de Portugal*, tal como a diplomacia brasileira e portuguesa, bem como alguns jornais e/ou revistas brasileiras, parecem estar sob o signo de uma ambigüidade. De um lado afirmam a amizade histórica, "de 500 anos", de outro, justificam a atitude de Portugal tanto pelo fato deste querer entrar na Comunidade Européia, tendo que seguir por isso suas regras, como porque, devido ao seu fraco desenvolvimento econômico, quer defender seu mercado de trabalho da imigração brasileira. Assim, passa a realizar oficial e extraordinariamente uma política de restrição que, de um lado, fere o princípio da reciprocidade estabelecido em acordos (históricos, diriam os próprios diplomatas, como disseram acerca da

amizade entre Brasil e Portugal) e, de outro, as próprias regras do direito internacional, a se considerar a opinião de uma especialista na questão, publicada na *Folha de São Paulo* de 17 de fevereiro de 1993.

"Portugal cometeu uma infração internacional ao maltratar os brasileiros", na opinião da professora de direito internacional da USP, Georgette Nacarato Nazo. Feriu também a convenção de Viena, que ratificou em 1980, por não ter "denunciado" o tratado com o Brasil, assinado em 1972(...). A convenção de Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasil e Portugal, n. 70.391/72, entrou em vigor em 12 de abril de 1972. Ela estabeleceu igualdade de direitos políticos para brasileiros e portugueses. Funcionou até agora. O principal requisito para o reconhecimento destes direitos era a residência permanente do estrangeiro - brasileiro ou português - no outro país por cinco anos(...). No próximo dia 13, termina o prazo para os brasileiros que vivem em Portugal apresentarem o pedido de regularidade de sua permanência. Para Georgette, Portugal tem o poder de autodeterminação para permitir ou não a entrada de brasileiros, por causa da soberania, mas não poderia ter desrespeitado os "barrados", deixando-os sem condições mínimas de hospedagem. "A atitude agressiva das autoridades portuguesas parece estabelecer discriminações contra os brasileiros". Segundo ela, a atitude dos policiais é injustificável, atribuindo ao fato do nervosismo causado pela possibilidade de muitos deles perderem seus empregos num futuro próximo. "A União Européia torna muitos postos fronteiriços inúteis."

No entanto, como observamos em relação a outros momentos históricos da relação Brasil-Portugal, em situações de crise a retórica da

irmandade se acentua como instrumento de conciliação, reduzindo os conflitos a "problemas familiares".

Notamos isto no processo de independência do Brasil, quando se produziu um sentimento anti-lusitano, durante o processo de formação do trabalho assalariado no Brasil após a abolição do trabalho escravo, conjugado ao processo de imigração e agora, quando se verifica um forte contingente emigratório de brasileiros para Portugal colocando brasileiros e portugueses em competição no mercado de trabalho, decorrendo daí uma pressão por parte do governo português no sentido de restringir a entrada de trabalhadores brasileiros em Portugal.⁶⁵

Sobre este pano de fundo é que vêm à tona os casos episódicos como o dos dentistas brasileiros que não conseguiram registro para trabalhar em Portugal (legal ou ilegalmente), os maus tratos aos turistas, com exigências nunca antes requeridas, bem como o desrespeito ao alojar indevidamente turistas brasileiros no aeroporto de Lisboa e outros casos.

Quando isso ocorre, num primeiro momento, tem-se por consequência um conflito, com imagens recíprocas negativas, como as que vimos anteriormente, tais como as denominações de portugueses referindo-se a brasileiros como "*vagabundos*" e "*mulatinhas*", e internamente (em Portugal) a criação das chamadas "*piadas de brasileiros*" (*Revista Veja*, 08/08/90) que, como já vimos, são imagens a que se recorre sempre em momentos de crise. E também os brasileiros referindo-se a portugueses como "*burros*" (as chamadas "*piadas de português*" apresentam este personagem, regra

⁶⁵Vale ressaltar que, em muitos casos, o que a imprensa brasileira noticia como "*expulsão de brasileiros em Portugal*", trata-se, na verdade, do impedimento da entrada de pessoas que não possuem as condições requeridas para a entrada no país.

geral, como uma pessoa pouco inteligente), "*idiotas*" ou "*fascistas*" (vide reportagem citada de Jânio de Freitas), além da ameaça de retaliação. Num segundo momento reafirma-se a denominada "*irmandade*", "*história em comum*", etc. Aí, lembram-se acordos anteriormente mencionados, procurando relativizar a crise e o preconceito subjacente a ambos os lados, mas que só emergem nos momentos de crise.

Como se percebe, existe uma constante tensão e ambigüidade entre os dois países. Do ponto de vista diplomático, as duas nações apresentam-se como irmãs, com comunhão de três séculos de história", esquecendo-se que o referido período de "comunhão" foi marcado pelo colonialismo e pela exploração econômica, havendo, por isso mesmo, uma constante rivalidade entre estas duas nações.

No período acima referido, vemos que uma relação estrutural básica se repete a cada episódio. Há um episódio de crise diplomática, desencadeado pelo tratamento discriminatório dos portugueses para com os turistas e residentes brasileiros em Portugal que, conforme observamos, gera, a um primeiro momento um conflito, com trocas de preconceitos e imagens negativas de ambas as partes. Em seguida, os atores sociais (particularmente as Altas Partes Contratantes, para usar as denominações dos acordos e tratados entre Brasil e Portugal), tratam de evocar os laços afetivos que unem os dois países, assim como a ideologia a eles subjacentes, qual seja, a negação do conflito (passado e presente) para que não haja conflito futuro. Porém, em vez de resolverem as diferenças de fato existentes, abafam-nas, relegando-as para a próxima crise episódica que surgir.

Sobre este aspecto, algumas vezes na imprensa fugiram do lugar comum do "deixa disso", ao mesmo tempo que não acirraram as contradições através de preconceitos que, ao invés de esclarecer a questão mais a obscurece, contribuindo para a perpetuação da ambigüidade sobre a qual se move esta relação.

Uma destas vezes é a do historiador Carlos Guilherme Motta. Em artigo de 16 de julho de 1995, afirma o historiador:

"Temos, brasileiros e portugueses, afinidades e interesses comuns nos quadros da chamada globalização? Será Portugal de fato nossa porta de entrada para a Europa? E que pensar de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira, como propunha, já em 1945 no Congresso dos Escritores, notável historiador Jaime Cortesão, exilado no Brasil?(...)"

"Esse nosso mundo 'Luso-brasileiro' se distanciou da modernidade e da democracia, imaginando ter recado 'novo' para a humanidade.(...)"

Prossegue o historiador analisando, *essa "comunhão de três séculos de história"* a que os acordos e tratados se referiam:

"Não vamos recordar que nossa independência - uma revolução seguida de uma contra-revolução - foi traumática e violenta, desdobramento da crise do antigo sistema colonial. Mas desde a Inconfidência Mineira, a Conjuração dos Alfaiates e a vigorosa participação brasileira nas cortes liberais em Lisboa em 1820 - quando Portugal tentou recolonizar o Brasil- e mais vários levantes

de escravos durante todo o século passado, verifica-se que nossa história comum não foi nada tranqüila.(...)"

Quanto ao processo de independência diz Carlos Guilherme Motta:

"A independência abriu um abismo que até hoje não se revelou. Se avançarmos para a segunda metade do século passado, vamos encontrar uma série de confrontos e desavenças entre Portugal e Brasil. Nem mesmo Eça e Machado de Assis se entendiam bem.(...)"

"As relações Brasil-Portugal sempre foram ambíguas, daí a retórica reiterativa de desconfiada amizade. De concreto, o saldo é muito baixo. Nenhum entendimento de cooperação científica e cultural mais consistente, embora abundem fundações e centros de estudos.(...)"

"Impõe-se descobrir outras afinidades, pois a entrada dos portugueses na Comunidade Européia também não é óbvia: Portugal, país semi-periférico, continua com problemas de identidade, e não apenas cultural. Além disso há o problema da imigração daqueles pauperizados pelo colonialismo português na África, lotando o aeroporto de Lisboa(...). A civilização que o português criou bate à porta. E, hoje, como explicar nossa desinformação e silêncio face a prisão por 20 anos do revolucionário Xanana Gusmão, que defende em Timor Leste a língua e a cultura que também são nossas?(...)"

"Vivemos uma década decisiva da história comum e, como lembrava Jaime Cortesão, atlântica. Nossa diplomacia(...)"

poderá formular melhor agora nossa pauta de diferenças.(...) Vamos revê-las, mais a fundo, estudar nossas diferenças culturais e históricas, envolvendo com vigor o Ministério da Cultura. Pois será a partir das complementariedades que se poderá discutir alguma nova identidade política e cultural. E, talvez, reconciliação efetiva, se possível, com menos discursos oficiais e maior intercâmbio, sobretudo de pesquisadores, intelectuais e estudantes críticos, como propõe o Instituto Camões(já que o Brasil não possui órgão semelhante para a defesa crítica da nossa língua e produção cultural)(...)."

Finalizando, diz ele:

"Para além das comemorações que preparam os quinhentos anos, proponhamo-nos pesquisas em comum, colégios internacionais para receber estudantes selecionados em diversos países, intercâmbio de produtores culturais. Mas para valer. São pontos vitais para uma nova pauta que, uma vez perdido o século XX, nos redirecione no século XXI."

Poderíamos dizer que existem tantas coisas que aproximam os brasileiros dos portugueses quantas as que os afastam. Isso é uma constante em todo processo de colonização e sua respectiva herança. Há um momento em que se dá o rompimento com a metrópole, contudo, quando esse momento ocorre, a colônia já possui elevado grau de identificação com ela. Ao negar esta, nega-se a si próprio como tal. Somando-se à

colonização, como já mencionamos, temos o modo como se deu a independência, segundo Carlos Guilherme Motta, constituída de um processo revolucionário seguido de um processo contra-revolucionário, de qualquer forma, menos revolucionário que os processos de independência dos outros países latino-americanos. Se, quando da independência, a influência da ex-metrópole na formação social do Brasil é marcante, tal influência continua a ser alimentada pela imigração de portugueses para o Brasil.

Talvez decorra daí a ambigüidade que se manifesta nas relações entre os dois povos, simultaneamente vistos como iguais e como diferentes. Esta posição ambígua não se modifica nem mesmo com as transformações ocorridas na nova ordem mundial, decorrente do processo de globalização das economias.

A restrição à imigração e à circulação de pessoas, mostra-se como uma das conseqüências do processo de globalização. Neste contexto, outros países europeus, restringem e impõem exigências para a concessão de passaportes e vistos, sobretudo de permanência, em seus respectivos países, em função da disputa pelo mercado de trabalho, que se tornou mais acirrada nos últimos anos.

Por que, então, somente o caso português chama a atenção? Porque só a ele, são destinadas páginas e páginas de críticas na imprensa brasileira. Certamente porque a "retórica da irmandade" envolve sentimentos profundos, não sendo apenas retórica.

Concordamos com o editorial da *Folha de São Paulo* de 31/01/93, que "*o tratamento desumano é injustificável e merece ser deplorado com*

veemência(...)". Contudo, é importante avaliar o tema em seu contexto mais amplo. Não se questiona o direito soberano de Portugal de vetar visitantes suspeitos. Declarações de vários repatriados, aliás, confirmam a intenção de burlar a imigração e trabalhar naquele país. O que se nota é que o controle da fronteira vem se acirrando em vários países. O Reino Unido, por exemplo, barrou 721 brasileiros em 1992 (quase dois por dia).

Faz-se alarde apenas ante o problema imigratório para Portugal devido a esta ambigüidade que, de resto, tem pautado muitas das atitudes das classes dominantes no decorrer da história do Brasil, cujo episódio da crise diplomática com Portugal veio apenas a apresentar a ponta do iceberg.

Outra crise se instalou em julho de 1995, quando dificuldades foram colocadas à entrada de professores portugueses no aeroporto do Rio de Janeiro, mesmo sendo eles convidados por instituições acadêmicas para proferir palestra em universidades brasileiras e participar do Congresso Luso-Brasileiro de Comunicação.⁶⁶

Na ocasião, o embaixador de Portugal no Brasil, Pedro Ribeiro de Menezes, como observamos na edição de 31/07/95 da *Folha de São Paulo*, chegou a pedir "esclarecimentos completos" ao governo brasileiro, dizendo-se "profundamente magoado" e acusando o governo brasileiro de ter usado os professores como "bodes expiatórios".

O chanceler brasileiro, Luiz Felipe Lampreia, reconheceu que a ação das autoridades alfandegárias brasileiras foi equivocada, pois, neste caso,

⁶⁶ Cabe salientar que, uma semana antes do fato acima citado, o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, em visita a Portugal, havia dito que "os problemas nos aeroportos já haviam sido resolvidos".

não havia a necessidade do visto, já que os mesmos não estavam vindo exercer atividades remuneradas. Para ele, "*houve, no mínimo, excesso de rigor na interpretação da lei*", classificando o fato como "lamentável".

Alguns dias após, o embaixador brasileiro em Portugal, o ex-presidente Itamar Franco, pediu desculpas pelo episódio, reconhecendo que houve "exagero" por parte dos funcionários da Polícia Federal do Brasil. Outra vez, temporariamente, a paz voltou a reinar entre "os irmãos".

Entretanto, o processo de globalização mundial segue em frente, acirrando os conflitos culturais. O Portugal moderno, da Comunidade Européia, para onde se deslocam imigrantes brasileiros em busca do "sonho europeu", passa a ser o lugar do conflito, diferentemente do Portugal do passado, primeiro "pátria-mãe", depois "país-irmão".

Neste sentido, parece-nos fundamental para a compreensão da limitação da "retórica da irmandade" na negociação do conflito, atentarmos para o fato de que o discurso oficial, que aparece de forma nítida através das falas das autoridades diplomáticas dos dois países, exclui o imigrante, reproduzindo uma idéia de nação que as elites têm dos dois países.

Foi este, também, o espírito do pronunciamento do presidente de Portugal, Jorge Sampaio, logo após sua eleição, no qual criticou a postura do governo anterior ao restringir a entrada de imigrantes em Portugal, notadamente os "*irmãos brasileiros e africanos*". É interessante notar que esta mesma retórica aparece nas discussões acerca da formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A lusofonia é

constantemente mencionada como fator de integração entre Portugal e suas ex-colônias.

Mais uma vez, reafirma-se a "irmandade", mascarando-se o conflito, reproduzindo-se a ambigüidade que, acreditamos, fazendo nossas as palavras de Carlos Guilherme Motta, "*deve se combater com ações eficazes, mais que com retóricas diplomáticas, por si mesmas, prenes de ambigüidades*".

Considerações finais:

Nesta dissertação analisamos, em diferentes momentos e situações, a ambigüidade presente nas relações entre brasileiros e portugueses. A partir do estudo de duas associações portuguesas sediadas no Rio de Janeiro, procuramos perceber de que estratégias seus membros lançam mão para construir identidades diferenciadas, seja nas relações com outros indivíduos de mesma nacionalidade, seja no embate político com a nova sociedade na qual se inseriram. Verificamos que as formas de identificação dos membros dessas instituições variam de acordo com as situações apresentadas e reproduzem, recorrentemente, as ambivalências que permeiam as relações entre Brasil e Portugal, baseadas na retórica da irmandade, que forja a imagem de irmãos entre brasileiros e portugueses, vistos freqüentemente como membros de um só mundo: o luso-brasileiro.

Esta ambigüidade, cuja raiz histórica encontra-se na colonização do Brasil por Portugal, é reproduzida por grande parte da historiografia brasileira, que alterna imagens dos portugueses, apresentados tanto como colonizadores como imigrantes. Este modelo de representação será reproduzido pelos membros das associações portuguesas aqui estudadas, bem como pelos mediadores culturais e políticos das duas nações.

Por isso, no primeiro capítulo procuramos, a partir da análise de alguns trabalhos consagrados no pensamento social brasileiro, demonstrar como a visão do português enquanto "etnia formadora" do povo brasileiro contribui para a construção de um "português genérico", sem levar em conta as diferenças regionais (e outras) que apresentam os indivíduos nascidos em Portugal e residentes no Brasil, que como se viu, inserem-se de maneiras distintas no país para onde vieram. Esta representação generalizadora,

presente também no senso comum (vide as piadas), dificulta a compreensão das diferenças contrastivamente construídas entre os portugueses oriundos de diferentes regiões e pertencentes a classes sociais distintas.

Demonstrou-se, também, que uma nova bibliografia procura fugir do modelo acima mencionado e que, ao invés de reafirmar a "*irmandade*", privilegia os antagonismos e expõe o conflito. Outra característica destes novos estudos é de trabalhar as identidades étnicas e/ou nacionais acionadas pelos atores sociais envolvidos na arena política a partir das representações destes e não mais a partir de representações externas.

Foi nesta linha que, no segundo capítulo, apresentamos a recriação de representações coletivas baseadas na exaltação de um Portugal glorioso, centro do mundo, conforme observamos no Real Gabinete Português de Leitura, e na reelaboração de práticas sociais originárias da aldeia de origem, como se dá no Arouca Barra Clube. Percebemos que a construção dessas identidades dá-se situacionalmente e também reproduzem a crença na irmandade que une brasileiros e portugueses. Em ambas, no entanto, à imagem do português ignorante, que emigra para o Brasil fugindo do atraso, contrapõe-se a do bem sucedido empresário, orgulhoso de sua origem e do reconhecimento obtido em terras alheias. Como foi mostrado, a própria escolha das lideranças dessas associações procura legitimar esta imagem do sucesso na diáspora.

Assim, enquanto a identidade de imigrante é rejeitada, a de português no Brasil" (e luso-brasileira, também) é ressaltada. Desta forma, os participantes dessas associações se diferenciam do restante da população

de portugueses residentes no Rio de Janeiro não apenas pela ascensão econômica, visto que em sua maioria são comerciantes e profissionais de alto reconhecimento social, como também por se constituírem "portavozes" da portugalidade, aqueles que se esmeram em *"manter as tradições portuguesas em terras cariocas"*, como enuncia a cantiga folclórica cantada nas festas do Arouca.

Enfatizamos o contexto social em que essas identidades são operacionalizadas, com suas diferentes concepções de tempo e espaço. O nacional e o regional, o tradicional e o moderno, o passado e o presente, são dinamicamente construídos, atribuindo-lhes significados próprios. Conseqüentemente, ser arouquense ou minhoto não exclui ser português, como ser *"português no Brasil"* não impede que se reproduzam preconceitos subjacentes aos dois povos (brasileiros e portugueses) em situação de conflito. Neste sentido, a própria noção de fronteira étnica, é relativizada, posto que os símbolos escolhidos para marcar a diferença nacional ou regional são recriados contextualmente.

Isto foi mostrado no terceiro capítulo, no qual discorreremos sobre os recentes conflitos diplomáticos envolvendo os dois países, quando demonstrações de preconceito e intolerância de ambos os lados fizeram eclodir situações de antagonismo em que antigas imagens cristalizadas, baseadas em visões recíprocas esteriotipadas, foram acionadas, para logo em seguida, como de costume, lançar mão de apelos reconciliatórios, forjados no discurso da irmandade.

Negação do visto de entrada a brasileiros em Portugal, impedimento de professores portugueses de ministrarem palestras no Brasil, acusações

recíprocas, ameaças de retaliação, tudo foi momentaneamente relegado "*em nome da irmandade que secularmente une brasileiros e portugueses*".

Ressaltamos que várias das imagens reciprocamente construídas e acionadas pelos dois grupos envolvidos na contenda, trazem em seu bojo as mesmas concepções verificadas tanto nos trabalhos dos estudiosos citados no primeiro capítulo quanto nos relatos dos historiadores contemporâneos aqui focalizados que se preocuparam em evidenciar o conflito entre brasileiros e portugueses.

Esta reprodução de categorias acusatórias (e sua conseqüente reparação) possibilitou a percepção da ambigüidade que, como diversas vezes aludimos, cimenta as relações entre os dois povos. Somente com o recorte temporal de quase um século conseguimos perceber que a questão central deste trabalho não é nova. Contudo, só há pouco tempo novos olhares começaram a ser lançados sobre ela.

Não nos propomos a dar um caráter conclusivo às questões aqui expostas. Apenas, como consideração final, gostaríamos de lembrar o próprio "dilema identitário" do autor desta dissertação. Nascido no Brasil (ou melhor, no Rio de Janeiro), filho de pai português (de Trá-os-Montes) e de mãe brasileira (filha de nordestino), amante do fado e do samba, diversas vezes se encontrou na "*encruzilhada das identidades*". Notadamente quando reacendem os velhos conflitos. Cobranças dos dois lados aparecem. E, sinceramente, muitas vezes, depara-se com a sensação de estar "mudando de lado". Talvez uma modesta contribuição deste trabalho seja colocar mais um ponto neste debate. Será a chamada irmandade (ou

o nome que se atribua às similitudes entre Brasil e Portugal) apenas retórica, ou aí se envolvem laços afetivos profundos, ora reforçados, ora desatados?

Acreditamos que a reabilitação de velhas teorias, impregnadas de ideologia, não seja certamente o caminho mais profícuo para o entendimento de tão complexa questão. Mas certamente, também não será com o puro e simples descartar das mesmas que contribuiremos para tal. Foi o que se pretendeu aqui. Se este trabalho servir ao menos para suscitar futuras reflexões, já terá valido a pena.

Referências bibliográficas:

Livros e artigos:

ABREU FILHO, Ovídio de

1982 - "Parentesco e identidade social". *Anuário Antropológico 80*. Rio de Janeiro.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de

1988 - "Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872". *Novos Estudos, no.21*, São Paulo, CEBRAP.

ARONSON, Dan. R.

1976 - "'Ethnicity as a cultural system: an introductory essay" in *Ethnicity in the Americas*. Mouton Publishers.

BANTON, Michael

1979 - *A Idéia de Raça*. Lisboa, Edições 70.

BARTH, Frederick

1969 - "Introduction" in *Ethnic Groups and Boundaries*. London, George Allen & Unwin.

BOURDIEU, Pierre

1990 - *Poder Simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand.

CAPINHA, Graça.

1993 - "Literatura e imigração: poetas emigrantes nos Estados de Massachusetts e Rhode Island" in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Portugal: um retrato singular*. Porto, Ed. Afrontamento/Centro de Estudos Sociais.

CUNHA, Manuela Carneiro da

1987- "Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível" in *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. São Paulo, Brasiliense, 2ª. ed.

FELDMAN-BIANCO, Bela

1987 - *Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos*. São Paulo, Global Editora. (Organização e introdução).

1992 - "Saudade, imigração e a construção de uma nação "portuguesa" desterritorializada" *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 9, no. 1, janeiro/julho, pp. 35-49

1995 - "Imigrantes portugueses, imigrantes brasileiros. Globalização, antigos imaginários e (re)construção de identidades (uma comparação triangular). Projeto de pesquisa. CNPq.

1993 - "Múltiplas camadas de tempo e espaço: (re)construção de classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. temático (nº.38), Descobrimientos/Encobrimientos, dezembro, Coimbra, pp.193-224.

FREYRE, Gilberto

1980 - *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 2ª. ed.

GLICK-SCHILLER, Nina et alli.

1992 - "Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration" in *Towards a transnational perspective on migration - race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered*. Annals of the New York of Sciences, vol. 645. N.Y.

HOBBSBAWN, Eric

1984 - "Introdução" in Hobsbawn, e. & Ranger, T. *A Invenção da Tradição*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de

1987 - *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 19ª. ed.

LIMA, Maria Helena Beozzo de

1973 - *A Missão Herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ.

LOURENÇO, Eduardo

1991 - *O Labirinto da Saudade*. Lisboa, Dom Quixote, 4ª. ed.

MAUSS, Marcel

1974 - "Ensaio sobre a dádiva" in *Sociologia e Antropologia*, vol. II, São Paulo, EDUSP.

MATTA, Roberto da

1984 - *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Ed. Vozes, 2ª. ed.

NUNES, João Arriscado

1995 - "Boundaries, margins and migrants: on paradigm shifts, heterogeneity and culture wars". *Oficina* nº. 55. agosto.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de

1976 - *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Edifora Pioneira.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José

1938 - *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, 3ª. ed.

PINTO, Maria Dina Nogueira

1993- *Através dos espaços, em busca do tempo: um estudo de imigrantes portuguesas no Rio de Janeiro.* (mimeo)

PRADO, Paulo

1928 - *Retrato do Brasil.* São Paulo, D.P. & C., 2ª. ed.

PUENTE-MUNIZ, Katia Cristian

1996 - Os filhos de Santiago em terra carioca: a construção da identidade espanhola. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RAMOS, Alcinda Rita

1977 - Pescadores portugueses no Rio de Janeiro. Tese de Mestrado. Universidade de Brasília.

RAMOS, Arthur

1962 - *Introdução à Antropologia Brasileira.* Rio de Janeiro, C.E.B., 2º vol., 3ª. ed.

REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA

1977 - *Fundamentos e Actualidade do Real Gabinete Português de Leitura.* Rio de Janeiro, Antônio Rodrigues Tavares, ed.

RIBEIRO, Gladys Sabina

1990 - *Galegos e pés de chumbo: o antilusitanismo no Rio de Janeiro na República Velha.* São Paulo, Brasiliense.

1994 - "Ser português ou ser brasileiro? Algumas considerações sobre o Primeiro Reinado". *Ler História*, 27-28 (1995), 103-123.

ROMERO, Sílvio

1988 *História da Literatura Brasileira.* Rio de Janeiro, s.e.

SANTOS, Boaventura de Sousa

1993 - "Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº. 38, dezembro.

SEYFERTH, Giralda

1987 - "Grupo étnico" (verbete) in *Dicionário de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/MEC.

1991 - "Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil". *Estudos Afro-asiáticos*, 20.

1995 - "Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". Rio de Janeiro, mimeo.

SILVA, Maria Manuela Ramos

1991 - "Ambição e horror à farda" ou a saga de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro, segundo a Gazeta Lusitana (1883-1889). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo.

TURNER, Victor.

1974 - *Dramas, Fields and Metaphors*. London, Cornell University Press.

VIEIRA, Nelson

1991 - *Brasil e Portugal: a imagem recíproca*. Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Documentação oficial, revistas e jornais:

BRASIL-PORTUGAL. Tratado regulando a isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade, de 26/09/1922.

BRASIL-PORTUGAL. Convenção de Emigração e Trabalho, de 26/09/1922.

BRASIL-PORTUGAL. Acordo postal para a redução de taxas na permuta de livros e jornais, de 18/10/1924.

BRASIL-PORTUGAL. Convenção ortográfica, de 29/09/1943.

BRASIL-PORTUGAL. Acordo de Cooperação Intelectual, de 5/12/1948.

BRASIL-PORTUGAL. Tratado de Amizade e Consulta, de 16/11/1953.

BRASIL-PORTUGAL. Acordo sobre Vistos e Passaportes, de 09/08/60.

BRASIL-PORTUGAL. Convenção sobre Igualdades de Direitos e Deveres, de 7/7/1971.

BRASIL-PORTUGAL. Acordo sobre Dominação Turística, de 03/02/1981.

BRASIL-PORTUGAL. Protocolo para desenvolvimento de Programa de Comemoração do 5º Centenário do Descobrimento do Brasil, de 07/04/1991

FOLHA DE SÃO PAULO

28/01/93;

31/01/93;

01/02/93;

17/02/93;

16/07/95.

JORNAL DO BRASIL
08/02/93.

REVISTA Comemorativa dos 25 Anos do Arouca Barra Clube
1992- Rio de Janeiro, Malta Editora.

REVISTA VEJA
08/08/90.

VOZ DE PORTUGAL
15/05/92;
25/03/94.